



Fernanda Medeiros Righi

**A CONTABILIDADE DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
INVESTIGAÇÃO NAS PREFEITURAS DA REGIÃO CENTRAL DO RS**

Santa Maria, RS

2022

Fernanda Medeiros Righi

**A CONTABILIDADE DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
INVESTIGAÇÃO NAS PREFEITURAS DA REGIÃO CENTRAL DO RS**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, Área de Ciências Sociais do Universidade Franciscana - UFN, como requisito parcial para obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Orientador: Prof^a. Liziane Alves de Oliveira

Santa Maria, RS

2022

Fernanda Medeiros Righi

**A CONTABILIDADE DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
INVESTIGAÇÃO NAS PREFEITURAS DA REGIÃO CENTRAL DO RS**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis,
Área de Ciências Sociais da Universidade Franciscana – UFN, como requisito parcial para
obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Liziane Alves de Oliveira – Orientadora

Bruna Faccin Camargo - Banca

João Friedrich

Aprovado em 1º de Julho de 2022.

AGRADECIMENTOS

Chega ao fim uma das etapas mais importantes da minha vida o término de minha graduação, portanto este é o momento certo para agradecer aqueles que mesmo não sendo citados agora, me apoiaram e estiveram ao meu lado nesta caminhada.

Primeiramente agradeço aos meus pais, Tomaz Fernando Dutra Righi e Medianeira Medeiros Righi, por sempre me incentivarem aos estudos e atingir por meio deste os meus objetivos, a todo momento me colocando em primeiro lugar em suas vidas, atribuindo-me a melhor educação possível, e entregando-me todo o amor e carinho. Salientando que nem sempre a vida é fácil, mas que devemos enfrentá-la de cabeça erguida, buscando todos os dias ser a nossa melhor versão.

Agradeço a todos os meus professores durante esta caminhada, por todo o conhecimento e sabedoria repassado a mim, e a amizade e carinho durante os momentos difíceis onde apenas uma frase já transmitia a força e o incentivo para continuar. Agradeço especialmente as Prof^a Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli e Prof^a Liziane Alves de Oliveira minhas orientadoras, por acreditarem em meu projeto de pesquisa e em meu potencial mesmo antes de mim mesma.

Agradeço a Universidade Franciscana por toda a infraestrutura, equipe administrativa, operacional e demais colaboradores, pelo esforço de entregar todos os dias o melhor ensino para minha formação tanto profissional quanto pessoal.

Agradeço aos meus amigos por todo o apoio e compreensão durante esta caminhada, sei que por vezes não estive presente em alguns momentos por priorizar a faculdade. Agradeço também, Emily Bortoluzzi e Mariana Bortoluzzi, por inúmeras vezes serem ouvintes de minhas frustrações e alegrias relacionadas a minha graduação.

Por último, mas não menos importante, agradeço a mim por não desistir mesmo pensando várias vezes que não seria capaz de continuar ou até mesmo duvidar de minha capacidade em exercer a profissão. Foram tantos tropeços pelo caminho (até mesmo uma pandemia), mas apesar de tudo estou orgulhosa de onde cheguei e onde ainda irei chegar, minhas metas e estudos ainda não acabaram!

Muito Obrigada a Todos!

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação de cargos dos respondentes	21
Gráfico 2: Tempo de atuação no serviço público	22
Gráfico 3: Nível de escolaridade dos respondentes	23
Gráfico 4: Capacitações realizadas pelos respondentes	24
Gráfico 5: Importância da contabilidade de custos para a administração	25
Gráfico 6: Iniciativa para aperfeiçoamento profissional	26
Gráfico 7: Classificação do conhecimento do respondente	27
Gráfico 8: Necessidade e importância da apuração dos custos	28
Gráfico 9: Adequação em relação a NBC T 16.11	29
Gráfico 10: Apuração dos custos públicos	30
Gráfico 11: Análise e validação dos dados	31
Gráfico 12: Método de custeio adequado.....	32
Gráfico 13: Utilização de sistemas de custos	33
Gráfico 14: Dificuldades em implementar sistema de custos	34
Gráfico 15: Divulgação das informações acerca dos custos	35
Gráfico 16: Canal de divulgação das informações	36
Gráfico 17: Utilização do Portal de Transparência.....	37
Gráfico 18: Frequência de alimentação dos portais com informações	38
Gráfico 19: Interligação dos sistemas e o Portal de Transparência	39
Gráfico 20: Informações disponibilizadas.....	40
Gráfico 21: Disponibilização de informações a respeito de gastos públicos	41
Gráfico 22: Disponibilização de informações a respeito de receita e destinação de recursos ..	42
Gráfico 23: Portal de divulgação das informações	43
Gráfico 24: Dualidade informacional nos Portais de Transparência	44
Gráfico 25: Demais informações evidenciadas	45
Gráfico 26: Disponibilização de informações de custos nos portais	46
Gráfico 27: Segregação dos dispêndios e auxílio à gestão.....	47
Gráfico 28: Importância e relevância da informação de custos para a gestão	47
Gráfico 29: Utilização dos dados de custos pelos demais setores	48

RESUMO

A transformação que vem ocorrendo na contabilidade pública perfaz várias mudanças, entre elas normativas e legislações que asseguram a realização da contabilidade de custos aplicada ao setor público. Em contrapartida, demonstra-se sua importância para a gestão e transparência pública. Sendo assim, nesse trabalho objetivou-se analisar de que forma as prefeituras da região central do Rio Grande do Sul estão adequadas às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos, e sua divulgação aos cidadãos. Metodologicamente, classifica-se como survey, bibliográfica e descritiva, de cunho qualitativo, aplicando-se um questionário contendo 29 perguntas abertas e fechadas. Sendo a população estudada, constituída pelos 34 municípios pertencentes à região, obtendo-se retorno de 14 destes. Dessa forma, dado os resultados obtidos notou-se, que há uma baixa adequação dos municípios em relação as legislações e normas pertinentes, sem expressiva execução da contabilidade de custos por existir dificuldades com pessoal e treinamentos adequados. Promovendo contradição com a concordância entre os respondentes, relacionada à utilidade e importância da informação dos custos para a gestão. Contudo, há utilização dos portais de transparência de maneira não abrangente a todas as informações contábeis, assim como, não há total evidencição das informações de custos nestes. Constatou-se também, contradição entre as respostas obtidas dos respondentes e o que de fato ocorre na gestão pública. Por fim, concluiu-se, que não são todos os municípios que estão adequados nem há unanimidade na escolha do método de custeio, bem como, não há uma implementação de sistema de custos em todos os municípios. Por essa razão, a contribuição do estudo está pautada na investigação da adequação e transparência pública relacionada aos gastos ocorridos nos municípios.

Palavras-chaves: Custos. Gestão. Prefeituras. Pública.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Gestão pública	10
2.2 Contabilidade pública	12
2.3 Contabilidade de custos	7
2.4 Contabilidade de custos aplicada ao setor público.....	9
2.5 Pesquisas relacionadas sobre o tema	10
3 METODOLOGIA	13
3.1 Classificação da pesquisa	13
3.2 Procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 Prefeituras analisadas	20
4.1.1 Perfil dos respondentes.....	21
4.1.2 Conhecimento e capacitação acerca do tema.....	23
4.2 Adequação com as legislações e normas.....	29
4.3 Sistemas para geração de informações	33
4.4 Correlação entre as respostas dos gestores e as informações disponíveis nos Portais de Transparência	42
4.5 Informações úteis para a gestão.....	46
5 CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – Questionário.....	60
APÊNDICE B – Portais de Transparência.....	75

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é um tema importante a ser discutido por toda e qualquer organização, e na administração pública não é diferente. O objetivo principal da contabilidade é estudar o patrimônio, acompanhando, avaliando e controlando suas alterações, sempre buscando informações relevantes que auxiliem na tomada de decisão visando sempre o aperfeiçoamento da entidade (RIBEIRO, 2017).

Dentre as áreas importantes da contabilidade, encontra-se a contabilidade pública, como sendo um ramo da Ciência Contábil que executa suas técnicas na administração pública para auxiliar no registro de seus fatos administrativos, sempre obedecendo à legislação vigente, assim como, os princípios da contabilidade e das finanças públicas, e buscando aprimorar suas informações (MOTA, 2010).

Há anos a contabilidade pública já existe, porém, a administração pública ainda não previa um controle dos custos públicos. Com a publicação da Lei nº 4.320 de 1964 passou a ser obrigatório que a contabilidade seja organizada a fim de que se torne possível a determinação dos seus custos industriais, o que pode ser entendido como o começo da preocupação com a contabilidade de custos. Com a elaboração da lei em questão, a contabilidade pública passou a ser padronizada por meio de normas gerais referentes ao direito público. Este dispositivo legal também normatizou a elaboração, apresentação e controle dos balanços e orçamentos públicos em todos os níveis de organização: municípios, estados, Distrito Federal e união (SLOMSKI et al., 2007).

Martins (2003), afirma que a contabilidade de custos possui duas significantes funções: auxílio no controle, pela obtenção de dados para planejamento de orçamentos, estabelecimento de padrões e uma posterior comparação entre os dados esperados e os resultados alcançados; e auxílio à tomada de decisão pelo provimento de informações sobre valores de curto e longo prazo que tornam-se necessários para a análise de um possível corte de gasto, estabelecimento de preço de venda, otimização dos recursos entre outros.

Neste sentido, Schneider e Gosmann (2017) afirmam que a contabilidade de custos, é importante para que a administração pública venha a elaborar parâmetros que possam auxiliar na formulação do seu planejamento e posterior mensuração do resultado de suas atividades, o que traz amparo à tomada de decisão e ao controle gerencial, e ainda uma consequente e necessária transparência pública.

Visto os diversos benefícios que a contabilidade de custos pode trazer para a organização, a sua aplicabilidade à gestão pública é inegável devido aos retornos no que diz

respeito ao auxílio ao suporte de decisão e mensuração do desempenho da alocação dos recursos públicos, uma vez que, os recursos públicos são finitos e por vezes insuficientes.

No que diz respeito à geração das informações sobre custos pela contabilidade, está assegurado na Lei nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 4º inciso I, alínea “e” que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disponha sobre “normas relativas ao controle de custos” (BRASIL, 2000). Conforme Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 16.11 aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.366/11, estas informações devem alimentar um sistema de informação de custos do setor público, sendo que este sistema tem a função de registrar, processar e evidenciar os custos de bens e serviços, os quais são produzidos e disponibilizados à sociedade (CFC, 2021). Assim, foi neste período que se inseriu a obrigatoriedade por parte dos órgãos públicos em mensurar e evidenciar o controle de custos públicos com a chegada da NBC T 16.11 em 2011.

Com esta normativa foi possível o entendimento pelos órgãos públicos sobre o que deveria ser evidenciado pela contabilidade a respeito dos custos públicos e como estes poderiam auxiliar a gestão pública na tomada de decisão.

Nesta esteira de pensamento este trabalho que tem como base a contabilidade pública e a aplicação da contabilidade de custos, apresenta como problemática o seguinte questionamento: qual o nível de adequação das prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul quanto às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos e sua divulgação?

Objetivando responder a problemática em questão, a presente pesquisa contará com o objetivo geral de analisar de que forma as prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul estão adequadas às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos, e sua divulgação aos cidadãos. Com o propósito de alcançar objetivo geral e a sua complementação de acordo com as etapas consecutivas, os objetivos específicos deste estudo são: verificar quais medidas estão sendo colocadas em prática para a adequação com as legislações e normas pertinentes aos custos aplicados ao setor público; mapear quais prefeituras possuem um sistema para geração de informações a respeito dos custos públicos para sua posterior utilização e divulgação; correlacionar quais informações referentes aos custos públicos estão disponibilizadas no Portal de Transparência com as respostas dos gestores; validar se as informações geradas pela contabilidade de custos são úteis para a gestão dos recursos públicos.

A necessidade de pesquisar sobre o tema de custos na área pública surgiu em vista de que órgãos públicos municipais não possuem um controle específico sobre seus custos gerando incertezas quando se faz necessário tomar decisões sobre seus respectivos cortes (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015). Em vista disso, o trabalho contribui de forma científica no que diz respeito a ser um tema moderadamente novo na área pública, com normativas e legislações relativamente recentes para o setor público adequar-se a estas.

Sob este enfoque, a sociedade também se beneficia com a pesquisa, uma vez que, todos os gastos públicos devem ser disponibilizados para que a sociedade possa acompanhar o funcionamento da máquina pública. Para o curso de Ciências Contábeis, a pesquisa é importante uma vez que, demonstra o grau de preocupação dos acadêmicos em relação aos assuntos que dizem respeito à sociedade. No que diz respeito à acadêmica, a pesquisa em questão é importante, dado que é um tema que desperta a curiosidade pela busca de informações acerca dos gastos públicos municipais.

Sob este enfoque, o estudo contribui com a sociedade uma vez que, os gastos públicos devem ser disponibilizados para que esta possa acompanhar o funcionamento da máquina pública. Para o curso de Ciências Contábeis, a pesquisa contribui visto que, demonstra o grau de preocupação dos acadêmicos em relação aos assuntos que dizem respeito à sociedade. No que diz respeito à acadêmica, a pesquisa em questão contribui, dado que é um tema que incita a curiosidade pela busca de informações acerca dos gastos públicos municipais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, foram abordadas as referências teóricas utilizadas como alicerce para a discussão dos temas gestão pública, contabilidade pública, contabilidade de custos, contabilidade de custos aplicada ao setor público e pesquisas relacionadas sobre o tema.

2.1 Gestão pública

Carneiro e Menicucci (2011, p. 3) afirmam que a gestão pública é a “fusão da orientação normativa da administração pública tradicional e da orientação instrumental da gestão em um sentido genérico”, ou seja, a gestão pública absorve tanto temas como responsabilidade e democracia e valores como igualdade e equidade; quanto compartilha com o setor privado as mesmas necessidades de alcançar objetivos e metas otimizando seus recursos, assim como, tornar-se mais eficiente.

No que tange a gestão pública, Carneiro e Menicucci (2011) defendem que esta não é apenas uma hierarquia da organização administrativa clássica, mas tem a capacidade de retirar o máximo do saber e aplicá-lo à produção através de uma inovação sistemática deste.

Na concepção de Santos (2014), gestão pública é o conjunto de planejamento, organização, direção e controle, tanto dos bens quanto dos interesses públicos no qual o gestor conduz de acordo com os princípios administrativos buscando sempre atender o bem comum. A gestão pública possui como fim primordial, o objetivo único de garantir o bem comum a toda a coletividade administrada por ela (SANTOS, 2014).

Em relação ao termo “gestão pública” Lourenço (2016), afirma que esta tem como objetivo o cidadão e a gestão do que é público. Na visão de Teixeira e Santana (2017), a gestão pública tem como tarefa manter sua própria sinergia, ou seja, a capacidade de realizar uma função ou ação, de forma estratégica.

De acordo com os autores citados até o momento, a gestão pública passa a ser então, um conjunto de decisões tomadas pelos gestores em razão do bem dos cidadãos que vêm a ser os usuários da administração pública, já que esta compartilha necessidades semelhantes com o setor privado. A gestão não é apenas um setor da entidade, mas deve estar presente em todos os setores interligando-os entre si.

Sobre o termo “administração pública”, pode-se entender como um conjunto das pessoas jurídicas e órgãos nos quais o Estado através de leis atribui a estes a sua função administrativa (DI PIETRO, 1999).

A respeito do termo “administração pública” Santos (2014), afirma que a administração pública está dividida em atos sendo um deles o ato de gestão, o qual estabelece e ordena a conduta interna da administração pública e seus servidores criando direitos e obrigações entre ela e seus administrados como por exemplo, os despachos para execução de serviços públicos, provimento de cargos e contratos públicos.

Corroborando com o pensamento, Lourenço (2016, p. 98) afirma que este termo pode ser entendido como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a execução dos interesses coletivos”. Da mesma forma Teixeira e Santana (2017), dizem que, administração pública tem como característica principal a relação de responsabilidade com o processo de desenvolvimento da sociedade. Ambos os autores relacionam seus pensamentos para a administração pública como um meio de atendimento as necessidades da população por meio das suas ações.

Após os termos expostos, entende-se que os termos “gestão pública” e “administração pública” embora possuam significados muito próximos, não podem ser utilizados como sinônimos um do outro, uma vez que possuem definições divergentes uma da outra.

Desse modo, para que a gestão seja em uma entidade privada ou em uma entidade pública, tenha eficácia e eficiência quanto ao seu papel deve possuir um sistema pelo qual possa ter acesso às informações necessárias para a tomada de decisão (CHIAVENATO, 2003). Segundo Riccio (2009), a ideia central de um sistema integrado de gestão é controlar diferentes áreas de uma organização utilizando módulos distintos como folha de pagamento e finanças.

Reis et al. (2016) cita algumas vantagens da implementação de um sistema integrado de gestão como economicidade de recursos na questão financeira, operacional e física; eficiência e aceleração dos processos no interior da entidade; e maior transparência das informações para a sociedade além de um acesso mais fácil. Estes sistemas integrados devem estar alocados em todos os setores da administração pública desde o almoxarifado, apuração dos custos até alcançar a gestão onde será feita a análise e processo decisório sobre como proceder com a entidade.

Como observado a partir dos conceitos descritos anteriormente a gestão é necessária e relevante para toda a organização, e utiliza-se de várias ferramentas para sua melhor eficiência e eficácia. Uma das ferramentas utilizadas pela gestão é a contabilidade pública.

2.2 Contabilidade pública

Segundo Silva (2004), a contabilidade está ligada com os regimes políticos adotados pelos Estados Modernos, uma vez que, o poder é exercido em razão do povo o que favorece a atuação da contabilidade no âmbito das teorias e suas aplicações práticas. Sendo assim, a contabilidade auxilia além da administração pública em si, a comunidade como um todo.

Conforme Haddad e Mota (2010, p. 63) a contabilidade pública, “é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos”. A contabilidade pública leva em consideração as normas de direito financeiro estipuladas pela Lei nº 4.320/64, os princípios da administração pública e os princípios da contabilidade (BRASIL, 1964). A Constituição Federal de 1988 estipula como princípios básicos da administração pública a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

De acordo com a Resolução nº 1.437 de 2013, a qual alterou a NBC T 16.1 a contabilidade aplicada ao setor público pode ser entendida como uma ramificação da contabilidade que aplica os princípios contábeis e as suas normas para efetuar o controle patrimonial dos órgãos públicos (CFC, 2013). A partir da contabilidade será possível então, gerar informações para análise da situação da entidade e sua posterior gestão.

Nota-se, portanto, como a contabilidade é indispensável na administração pública, pois esta planeja, acompanha e aplica as ações propostas pelo governo, verificando se o tesouro público está sendo alocado de maneira correta sem desperdícios. Isto ocorre, uma vez que a contabilidade possui as técnicas e normas específicas para a realização de análises e construção de relatórios de resultado (KOHAMA, 2013).

Enquanto na contabilidade privada o objeto da contabilidade torna-se o patrimônio da empresa (bens, direitos e obrigações), na contabilidade pública o objeto é o patrimônio público estendendo-se ainda ao orçamento público devido à importância que este representa para a administração pública (MOTA, 2009). Por orçamento público, Mota (2009) entende este como sendo um ato administrativo com força legal pelo qual serão estabelecidas ações com prazos determinados onde serão estimadas as arrecadações das receitas e fixadas as despesas, sendo, portanto, um planejamento tanto monetário quanto qualitativo.

Pode-se elencar como outro objeto da contabilidade pública os atos administrativos que podem vir a representar os bens, direitos e obrigações da administração pública. Alguns exemplos de atos administrativos podem ser citados como: contratos, avais, fianças e

convênios, todos esses dispositivos devem passar pela contabilidade para que esta faça o devido controle (HADDAD; MOTA, 2010).

A contabilidade como ferramenta para auxílio na administração pública tem as funções de estudar, registrar, controlar e demonstrar o orçamento público o qual foi aprovado, bem como seu acompanhamento no decorrer de sua execução; os atos administrativos da fazenda pública; assim como, o patrimônio público e suas possíveis variações (HADDAD; MOTA, 2010).

Segundo Lima (2018), a contabilidade pública é o ramo da contabilidade que aplica no processo gerador de informações as normas referentes a apuração e controle patrimonial de organizações públicas. Tendo como objeto o patrimônio e como objetivos, o fornecimento de informações sobre os resultados alcançados; contribuição tempestiva para o processo decisório; e promoção da adequada prestação de contas como suporte para o controle social pelos cidadãos (LIMA, 2018).

A respeito da história da contabilidade pública no Brasil, esta começou a ganhar atenção devido a sua necessidade com a criação do erário por D. João VI em 1808, quando foi instituído o Conselho da Fazenda responsável pela administração, contribuição, contabilização e assentamento do patrimônio do Estado (LIMA, 2018). Em 1826 passou a ser obrigatória de forma anual a prestação de contas na esfera pública referente a receitas e despesas, e em 1830 foi criado o Tribunal do Tesouro Público Nacional onde os cargos eram providos por meio de concursos no qual uma das matérias cobradas era a escrituração por meio de partidas dobradas (LIMA, 2018).

Segundo Lima (2018), foi apenas em 1964 que a contabilidade pública passou a ter uma legislação estruturada, e após em 2000 foi publicada a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual estabeleceu normas sobre a responsabilidade fiscal das entidades públicas em todos os níveis de governo seja Municipal, Estadual, Distrito Federal ou Federal.

Devido à importância de a contabilidade pública brasileira, estar de acordo com a contabilidade internacional o Conselho Federal de Contabilidade lançou normas técnicas, onde dispõe de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) (CFC, 2021).

No Quadro 1, pode-se verificar as normas impostas pelo CFC, o que a normatização prevê, seus objetivos e a sua validade ou revogação.

Quadro 1 – Relações de NBC's TSP

Norma	Prevê	Objetivos	Observações
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBC's TSP.	Disposições a respeito da elaboração e divulgação do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).	Em vigor
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	Estabelecer exigências para o reconhecimento e mensuração das receitas provenientes sem contraprestação.	Em vigor
NBC TSP 02	Receita de transação com contraprestação	Determinar o tratamento contábil sobre receitas provenientes de transações ou eventos com contraprestação.	Em vigor
NBC TSP 03	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Definir as provisões, ativos e passivos contingentes, identificar em que circunstâncias deveram ser reconhecidas, assim como sua forma de mensuração e evidenciação.	Em vigor
NBC TSP 04	Estoques	Estabelecer tratamento contábil, orientar sobre a determinação dos custos, método e critério para atribuição destes aos estoques.	Em vigor
NBC TSP 05	Contratos de concessão de serviços públicos: concedente	Determinar a forma de contabilização dos contratos de concessão pela concedente.	Em vigor
NBC TSP 06	Propriedade para investimento	Estabelecer tratamento contábil e requisitos de divulgação de propriedades para investimentos.	Em vigor
NBC TSP 07	Ativo imobilizado	Estabelecer tratamento contábil para ativo imobilizado.	Em vigor
NBC TSP 08	Ativo intangível	Estabelecer tratamento dos ativos intangíveis que não estejam abrangidos em outras normas.	Em vigor
NBC TSP 09	Redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa	Estabelecer os procedimentos aplicáveis para determinação se o ativo não gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável e assegurar que as perdas sejam reconhecidas.	Em vigor
NBC TSP 10	Redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa	Estabelecer os procedimentos aplicáveis para determinação se o ativo gerador de caixa é objeto de redução ao valor recuperável e assegurar que as perdas sejam reconhecidas.	Em vigor
NBC TSP 11	Apresentação das demonstrações contábeis	Estabelecer exigências para apresentação das demonstrações contábeis.	Em vigor
NBC TSP 12	Demonstrações dos fluxos de caixa	Fornecer informações sobre as alterações de caixa e equivalentes da entidade por meio da demonstração dos fluxos de caixa.	Em vigor
NBC TSP 13	Apresentação de informação orçamentária nas demonstrações Contábeis	Exige a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.	Em vigor
NBC TSP 14	Custos de Empréstimos	Estabelecer o tratamento contábil dos custos de empréstimos.	Em vigor
NBC TSP 15	Benefícios a empregados	Estabelecer a contabilização e divulgação dos benefícios a empregados.	Em vigor
NBC TSP 16	Demonstrações contábeis separadas	Estabelecer critérios de contabilização e divulgação para investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas.	Em vigor
NBC TSP 17	Demonstrações contábeis consolidadas	Estabelecer critérios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.	Em vigor
NBC TSP 18	Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto	Estabelecer a contabilização de investimento em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, e definir as exigências para aplicação do método de equivalência patrimonial.	Em vigor
NBC TSP 19	Acordos em conjunto	Estabelecer critérios para elaboração e divulgação de informação contábil que possuam em acordos em conjunto.	Em vigor
NBC TSP 20	Divulgação de participações em outras em outras entidades	Exigir a divulgação das informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar a natureza, riscos e os efeitos dessas participações.	Em vigor
NBC TSP 21	Combinações no setor público	Aprimorar a relevância, a representação fidedigna e a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis sobre combinações e seus efeitos.	Em vigor
NBC TSP 22	Divulgação sobre partes relacionadas	Exigir a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas onde exista o controle e a divulgação de informação sobre as transações entre a entidades e as partes relacionadas.	Em vigor
NBC TSP 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.	Estabelecer critérios para selecionar e alterar políticas contábeis e melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis permitindo sua comparabilidade ao longo do tempo.	Em vigor
NBC TSP 24	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Estabelecer como incluir transações em moeda estrangeira e operações no exterior nas demonstrações contábeis e como convertê-las para outra moeda.	Em vigor
NBC TSP 25	Evento subsequente	Estabelecer quando ajustar as demonstrações contábeis em razão de eventos subsequentes a data destas, e as informações a serem divulgadas sobre as respectivas datas.	Em vigor
NBC TSP 26	Ativo biológico e produto agrícola	Estabelecer tratamento contábil e divulgação das atividades agrícolas.	Em vigor
NBC TSP 27	Informações por segmento	Estabelecer princípios para apresentação de informações financeiras por segmento.	Em vigor
NBC TSP 28	Divulgação de informação financeira do setor do governo geral	Estabelecer regras de divulgação para o Governo Federal, sobre informações sobre o Setor Governo Geral (SGG).	Em vigor
NBC TSP 29	Benefícios sociais	Aprimorar a relevância, representação fidedigna e comparabilidade de informações acerca dos benefícios sociais.	Em vigor
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	Estabelecer o conceito, objeto, objetivos e regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos públicos.	Em vigor

Fonte: Elaborado pela autora a partir das NBC's TSP (2021).

O Quadro 1, apresenta a relação entre cada Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) e seus respectivos objetivos, atualmente todas as normas apresentadas estão em vigor no Brasil (CFC, 2021). Sendo assim, a NBC T 16.11 aprovada pela Resolução nº 1.366/11 trata sobre o sistema de informação de custos do setor público, a qual será tratada posteriormente em tópico específico (CFC, 2011).

Nota-se a preocupação em normatizar e parametrizar a contabilidade pública com as normas internacionais, com isso, as áreas específicas da contabilidade como a área de custos ganham cada vez mais espaço na contabilidade pública. Percebe-se então a necessidade de compreender a contabilidade de custos para melhor desempenho e planejamento desta na organização.

2.3 Contabilidade de custos

Observando o passado, a partir da Revolução Industrial no século XVIII, a contabilidade de custos vem criando seu espaço, uma vez que, a apuração dos estoques ficou mais complexa não bastava apenas mensurar o estoque através da divisão do valor pago entre os itens estocados, pois os valores dos fatores de produção deveriam ser levados em consideração (MARTINS, 2003). Fortalecendo o pensamento Ribeiro (2016), diz que a contabilidade de custos surgiu com o estabelecimento de empresas industriais no XVIII a fim de atender suas necessidades de atribuição dos custos aos seus estoques fabricados.

Por sua vez Martins (2003, p. 17) afirma que, custo representa o “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”, ainda assim ocorre receio de trabalhar nesta área devido sua complexidade na mensuração dos custos. Custos também pode ser entendido como “a soma dos gastos com bens e serviços aplicados ou consumidos na fabricação de outros bens” (RIBEIRO, 2016, p. 25).

Uma classificação possível e importante para os custos é a divisão entre custos fixos e variáveis. Para Martins (2003), custos fixos são aqueles que ocorrem repetidamente e independem do volume de produção, ainda que possam variar de período para período, um exemplo é o aluguel mesmo aumentando seu valor em determinado mês não deixa de ser um custo fixo para a empresa. Custos variáveis, por sua vez entende-se como os custos ligados diretamente a produção, custos diretos, pois dependem do volume de material, mão de obra, e demais custos a serem utilizados no processo para sua mensuração (MARTINS, 2003).

Martins (2003) também utiliza a segregação dos custos em diretos e indiretos, como custos diretos entende-se, por exemplo, matéria-prima, embalagens, mão de obra (quando

possível sua ligação ao produto); já como custos indiretos entende-se os salários dos supervisores, aluguel e despesa com cargos de chefia. Reafirmando a ideia Ribeiro (2016), conceitua custos diretos como aqueles que podem ser alocados diretamente ao produto, ou serviço em questão, são de fácil identificação; e os custos indiretos os quais não possuem fácil identificação e não podem ser alocados diretamente aos produtos ou serviços, necessitam de um critério de rateio.

Quadro 2 – Relação dos Critérios de Rateio dos Custos Indiretos

Critério	Definição
Custeio por Absorção	Apropriação de todos os custos de produção aos produtos elaborados ou serviços prestados (MARTINS, 2003).
Custeio ABC	É um método de custeio o qual procura reduzir as distorções provocadas pelo rateio aleatório dos custos indiretos (MARTINS, 2003).
Custeio Departamental	Atribuição dos custos indiretos por meio de departamentos aos produtos (RIBEIRO, 2013).
Custo Padrão	É o custo estimado de produção para os produtos, baseados em períodos anteriores de produção, sendo fixado antes do início do processo fabril (RIBEIRO, 2013).

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No Quadro 2, percebe-se alguns métodos de custeio, devendo ser observado qual melhor se adapta e auxilia a organização. Desta forma, método de custeio pode ser entendido como critério a ser utilizado pela organização para alocação ou apropriação dos custos de certa atividade (IZIDORO, 2016).

Leone (2000), define a contabilidade de custos como ramo da Ciência Contábil o qual produz informações capazes de auxiliar a gestão em seus mais diversos níveis, através da possibilidade de criação de padrões de desempenhos, elaboração de planejamentos e controles. Corroborando com o pensamento Ferreira (2007), afirma que a contabilidade de custos por sua vez, pode ser entendida como uma área pertencente à Ciência Contábil que tem por característica estudar os custos, sejam eles na produção de bens ou prestação de serviços, objetivando aprimorar os controles da empresa.

Na concepção de Martins (2008), o objetivo da contabilidade de custos é a organização, pois trabalha com produtos, serviços, parte administrativa e operacional, ou seja, toda a estrutura da empresa. Em princípio a contabilidade de custos era utilizada apenas para controle e mensuração dos custos, após deu-se a importância para seu valor como geradora de informações capaz de auxiliar a gestão da organização (RIBEIRO, 2016).

Todas as entidades precisam entender seu funcionamento para entender seus custos, para que posteriormente possam mensurar e alocar estes corretamente a seus produtos ou serviços. Na contabilidade de órgãos públicos também há essa necessidade como será exposto subsequentemente.

2.4 Contabilidade de custos aplicada ao setor público

Como apresentado anteriormente, a contabilidade de custos é importante para a mensuração do gasto despendido pela organização para produção de um bem ou serviço. Com a chegada da Lei nº 4.320/64 a contabilidade de custos passou a ser inserida pouco a pouco no cotidiano da administração pública, em seu art. 85 a legislação em questão, impõe que a contabilidade seja organizada de maneira a permitir a determinação dos custos industriais (BRASIL, 1964). Conforme citado no art. 99 os serviços públicos industriais, mesmo aqueles não organizados como empresa pública ou autárquica deverão realizar contabilidade de maneira especial, a fim de determinar os custos, ingressos e resultados, sem prejudicar a escrituração financeira e patrimonial, visando à análise e interpretação dos resultados econômicos da entidade (BRASIL, 1964).

Além disso, a contabilidade de custos passou a ser obrigatória através da Lei nº 101/2000 que em seu art. 50 §3º determina que “a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”, tornando indispensável a sua mensuração (BRASIL, 2000).

Visto isso, o CFC notou a importância de impor normas para regulamentar a contabilidade pública no que tange a contabilidade de custos. Com este pensamento, foram elaboradas a partir de 2016 as NBC TSP, normas brasileiras de contabilidade que estão em convergência com as normas internacionais relacionadas a contabilidade aplicada ao setor público (CFC, 2021).

A NBC T 16.11 trata sobre o Sistema de Informação de Custos do Setor Público sendo aplicada a partir de 1º de janeiro de 2012, a norma em questão traz o conceito de Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) o qual pode ser entendido como o sistema no qual os custos de bens e serviços públicos serão registrados, processados e evidenciados (CFC, 2011).

Segundo a Resolução nº 1.366/2011 que regulamenta a NBC T 16.11, a apuração dos custos e implementação do SICSP é obrigatória em todas as entidades do setor público e ainda determina como requisito básico para a transparência e prestação de contas, a apuração

dos custos públicos. A importância da informação de custos para o interesse público é verificada pelo impacto que esta exerce na gestão pública seja do ponto de vista legal ou utilitário, uma vez que com estas informações a gestão pública é capaz de decidir com exatidão suas próximas estratégias (CFC, 2011).

Neste aspecto, a contabilidade de custos demonstra sua importância no que tange aos cortes de gastos, investimentos, realocação de recursos públicos, iniciação de uma obra de infraestrutura ou até mesmo a opção entre aquisição de um equipamento ou a contratação de um serviço para fornecer a atividade necessária pelo órgão (SCHNEIDER; GOSMANN, 2017).

Porém, para que ocorra um processo decisório satisfatório para a entidade, é relevante que esta possua um sistema de informação, pois é a partir de um sistema de informação que o gestor irá obter dados para a tomada de decisão (LIMA, 2003). Davenport (2009), afirma que os sistemas de informação são indispensáveis e conseguem atender qualquer objetivo e tipo de negócio. Portanto, um sistema de informação torna-se indispensável na esfera pública trazendo apenas benefícios na administração pública auxiliando a gestão.

Segundo March (2009) e Gomes (2007), no processo decisório antes da ação do gestor há a análise das alternativas viáveis para a solução de um problema e posterior escolha de uma, englobando seus riscos e incertezas. Percebe-se então, a importância do processo decisório o qual compreende uma série de etapas para que enfim uma decisão possa ser tomada em prol da sociedade, buscando esta ser a mais assertiva e qualificada para a demanda em questão.

Conforme Machado Jr. e Reis (2003), a finalidade do uso de controles gerenciais e financeiros na administração pública é informar dados para que a gestão possa verificar se as metas estipuladas estão sendo alcançadas. A contabilidade então, fornece relatórios para a tomada de decisão tendo como objetivo o melhoramento na arrecadação de receitas, assim como a melhora nos mecanismos de despesas e um controle mais eficiente sobre a composição tanto qualitativa como quantitativa do patrimônio do ente público (ARAÚJO, 2011).

2.5 Pesquisas relacionadas sobre o tema

Alguns estudos já foram realizados a respeito do assunto de custos aplicado ao setor público devido a sua importância para a gestão pública e necessidade da conformidade com as normas e legislação em vigência.

Os pesquisadores Wiemer e Ribeiro (2004) escreveram o artigo “Custos no serviço público”, tendo como objetivo de pesquisa a demonstração da importância de um sistema de custos para mensuração e avaliação dos projetos e programas da administração pública. Os resultados apresentados pela pesquisa correspondem à necessidade da utilização de um sistema de custos como forma de parâmetro para a mensuração da eficiência, eficácia e avaliação dos resultados da administração pública. Como conclusões os pesquisadores chegaram ao consenso de que é urgente a implantação de um sistema de custos na administração pública, uma vez que, mostra-se fundamental a avaliação do impacto desempenhado por políticas públicas tanto em relação ao corte de gastos quanto em relação à aplicação e otimização dos recursos públicos (WIEMER; RIBEIRO, 2004).

O artigo “Sistema de custos para a administração pública municipal” escrito por Alves e Francez (2011), possui como objetivo demonstrar a importância de implementar um sistema de custos na administração pública municipal como apoio a tomada de decisão. Como resultados obtidos, a pesquisa destaca a importância da implantação de um sistema de custos para a administração municipal, utilização desta ferramenta como auxílio ao processo de tomada de decisão e direcionamento dos recursos públicos. Como conclusão os pesquisadores elencaram o método de custeio ABC como o mais adequado ao setor público, considerando a estrutura organizacional em questão, plano de contas, capacitação profissional dos servidores envolvidos na apuração dos custos e sua mensuração, e sobretudo qual a informação deseja-se obter (ALVEZ; FRANCEZ, 2011).

O artigo intitulado “A contabilidade de custos no setor público: a realidade das prefeituras da região central do RS” escrito por Parcianelo, Gonçalves e Soares (2015), possui como objetivo a identificação das prefeituras da região central do RS que possuem iniciativa para a implementação da contabilidade de custos, a pesquisa em questão classifica-se como descritiva, exploratória e qualitativa, tendo como instrumento para coleta de dados o questionário. Os resultados obtidos pelos pesquisadores demonstram a falta de adequação das prefeituras para a apuração dos custos, falta de um sistema de informação de custos para suporte a implementação da contabilidade de custos, bem como a falta de conhecimento por parte dos servidores a respeito da obrigatoriedade da apuração e divulgação dos custos públicos, além da divergência de opinião sobre qual o melhor método para apuração dos custos. Os pesquisadores concluíram que, poucas prefeituras possuem iniciativas para adequação à obrigatoriedade a respeito da contabilidade de custos (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Outro artigo interessante escrito por Maria e Oliveira (2015) denominado “Custos no setor público: aplicação da contabilidade de custos nos serviços públicos de saúde municipais”, trouxe como objetivo de pesquisa explicar como a gestão de custos pode dar suporte ao gestor na implementação de políticas públicas auxiliar a apuração de indicadores, aumentar a transparência do gasto público para uma melhor eficiência, eficácia e efetividade. Como problemática de pesquisa é indagado qual o método de custeio mais adequado ao setor de saúde municipal. A pesquisa em questão classifica-se como bibliográfica de maneira exploratória tendo levantamento qualitativo através de estudo de caso. Como resultados apresentados a pesquisa destaca, a preocupação dos órgãos de controle externos com o cumprimento da legislação e normas aplicáveis apenas, deixando de lado a preocupação com a qualidade, melhor utilização e otimização dos recursos públicos. Os pesquisadores chegaram à conclusão de que o método mais adequado é o Custeio Baseado em Atividades (ABC), por oferecer informações mais confiáveis e detalhadas, porém falta preparo da gestão em relação a sua aplicação (MARIA; OLIVEIRA, 2015).

Em outro estudo realizado por Lorenzato, Behr e Goularte (2016), intitulado “Benefícios e problemas na implantação de um sistema de informação de custos do setor público no estado do Rio Grande do Sul”, o qual teve como objetivo identificar quais os benefícios e problemas na implantação de um sistema de custos no setor público no estado do Rio Grande do Sul tendo como base as NBCASP. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo de caso foi à análise qualitativa e descritiva, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e posterior análise de conteúdo para análise dos dados obtidos. Como resultados obtidos foram constatadas a importância da implantação e utilização do SIC (Sistema de Informação de Custos) para auxílio a transparência pública, necessidade de informações tempestivas para os gestores, falta de conhecimento e treinamento dos servidores para utilização do sistema e apuração dos custos. As conclusões foram a falta de servidores capacitados, desconhecimento sobre custos, benefícios sobre a implantação de um SIC para a qualidade e transparência dos gastos públicos, aperfeiçoamento da gestão e melhora na estrutura do órgão (LORENZATO; BEHR; GOULARTE, 2016).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, abordou-se as técnicas e métodos utilizados para realização da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 155), estas definem pesquisa como um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

A pesquisa em questão, buscou respostas através de procedimentos que se tornaram necessários para este objetivo. Para Oliveira (1999) entende-se por metodologia o estudo dos meios e dos métodos executados para explorar um determinado assunto tendo como objetivo determinar um problema e posteriormente identificar uma possível solução.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente trabalho teve por objetivo analisar de que forma as prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul estão adequadas as normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos, e sua divulgação aos cidadãos. Desta forma, quanto aos procedimentos técnicos apresentou-se como levantamento ou *survey*, visto que a pesquisa em questão analisou uma amostra de prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul.

Babbie (1999) afirma que, a pesquisa *survey* analisa apenas uma amostra da população e está associada à área social. A pesquisa então analisa uma parcela da população podendo expandir os resultados obtidos para as demais parcelas, busca entender o comportamento e padrões a serem seguidos por uma comunidade. Para Figueiredo (2004, p. 114), *survey* é definido como “obtenção de informações quanto à prevalência, distribuição e inter-relação de variáveis no âmbito de uma população”, ou seja, após a obtenção dos dados o *survey* possibilita o cruzamento dos dados observando quais variáveis são predominantes em um determinado ambiente.

Em relação à forma de abordagem do problema a pesquisa em questão classificou-se como qualitativa, uma vez que, se aprofundou em determinados temas buscando coletar informações procurando descrevê-las não de maneira numérica, mas sim entendendo o funcionamento e organização das prefeituras quanto aos sistemas, utilizações e constante adequação com as legislações pertinentes. Segundo Malhotra (2006), pesquisa qualitativa é o estudo com profundidade sobre determinado assunto, para uma posterior descrição deste.

Quanto aos objetivos a pesquisa classificou-se como descritiva, pois primeiramente teve o propósito de realizar a descrição da análise das informações fornecidas pelas prefeituras quanto à apuração dos custos e sua posterior divulgação aos interessados e cidadãos. Após a análise foi realizada a constatação se os conceitos expostos pelos autores e firmados pela legislação são postos em prática pela administração pública.

A pesquisa descritiva pode ser entendida como a descoberta e descrição de fatos existentes e a posterior inter-relação destes (PISONNEAUT; KRAMER, 1993; HOPPEN, LAPOINTE; MOREAU, 1996; BABBIE, 2003). Conforme Gil (2008, p. 28) afirma, a pesquisa descritiva tem por objetivo a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Este estudo também se classificou como uma pesquisa bibliográfica, pois as informações foram coletadas a partir de artigos científicos, documentos, livros, além das legislações e normas pertinentes. Tomando sempre o cuidado para retirar informações de fontes seguras. Gil (2008), define pesquisa bibliográfica como a pesquisa desenvolvida a partir do estudo de livros e artigos científicos principalmente. E ainda elenca como vantagem desta modalidade a permissão dada ao pesquisador de cobrir uma gama de fenômenos muito maior do que se pesquisasse diretamente.

3.2 Procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados

A etapa de coleta dos dados é de suma importância para pesquisa, pois é o momento no qual se coloca em prática as teorias afirmadas ao longo do trabalho. Dessa forma, o instrumento adotado para a coleta dos dados foi o questionário, pois este instrumento foi o que melhor se adaptou a proposta da pesquisa. Na teoria de Marconi e Lakatos (2003), pode-se definir questionário como um conjunto de perguntas ordenadas as quais são enviadas para o entrevistado por escrito, junto com o questionário deve ser enviado uma nota explicando a natureza da pesquisa, bem como seus objetivos. Em relação à aplicação do questionário em questão, se fez necessário a definição prévia da população e amostra de pesquisa.

Ainda Marconi e Lakatos (2003), a população é um conjunto de indivíduos que possuem ao menos uma característica em comum, sendo estes indivíduos tanto seres animados quanto inanimados. Reafirmando o pensamento, Gil (2008) define população como um conjunto de elementos definidos que possuem determinadas características em comum. Tendo este pensamento como alicerce a população mencionada nesta pesquisa são as

prefeituras das cidades pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, as quais somam um total de 497 municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Marconi e Lakatos (2003), conceituam amostra como um subconjunto do universo ou população, uma parcela convenientemente selecionada desta população. Por amostra Gil (2008) afirma, que é um subconjunto da população onde as características da população são estabelecidas ou estimadas. Visto por este pensamento, a amostra da pesquisa em questão foram as prefeituras pertencentes à região central do estado do Rio Grande do Sul, totalizando 34 municípios.

Segundo o Sistema de Informações Territoriais, portal disponibilizado pelo governo do estado, a amostra da população referenciada nesta pesquisa tornaram-se então os 34 municípios pertencentes à região central do estado do RS, as quais são elencadas a seguir: Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul.

Sendo assim, a coleta de dados deu-se por meio de questionário (Apêndice A), o qual na concepção de Gil (2008) é composto por um conjunto de questões apresentadas às pessoas a fim de conhecer e entender seus costumes, crenças, conhecimentos, valores e comportamentos. Assim o pesquisador consegue dados para testar as hipóteses levantadas ao decorrer da pesquisa ou mesmo descrever as características de determinado grupo de pessoas (GIL, 2008).

O questionário possuiu questões abertas e fechadas para uma melhor visualização do entendimento e opinião dos servidores a respeito do tema custos aplicado ao setor público. Segundo Marconi e Lakatos (2003) as questões abertas também chamadas de não limitadas ou livres, são aquelas onde o informante responde utilizando sua linguagem própria, emitindo opinião respondendo livremente, porém, este tipo de questão traz um ponto negativo uma vez que, o processo de tabulação e análise das respostas é demorado e complexo. Gil (2008) reafirma esta ideia constatando que as respostas fornecidas pelos entrevistados através das perguntas abertas, às vezes não são relevantes ou suficientes para o pesquisador.

Por questões fechadas também chamadas de limitadas ou alternativas fixas, pode-se entender como as perguntas em que o entrevistado escolhe entre duas respostas (MARCONI; LAKATOS, 2003). Gil (2008), as entende como perguntas as quais o entrevistado escolhe

uma resposta dentre uma lista de alternativa, este tipo de pergunta permite uma universalidade das respostas e análise mais rápida, porém, há o risco da não abrangência de todas as respostas pelos respondentes.

O Quadro 3 apresenta a relação entre as categorias analisadas, os questionamentos feitos e os objetivos definidos. Comparou-se os objetivos específicos com os questionamentos elaborados a fim de averiguar se todos estão contemplados por estes, sendo separados por categorias para uma melhor visualização da linha de pesquisa e quais respostas foram compreendidas através desta pesquisa.

Quadro 3 – Categorias a serem analisadas *versus* Objetivos específicos:

Categorias	Questionamentos	Objetivos
Atitudes	Referentes as atitudes da administração pública em relação a adequação frente as normas e legislações pertinentes.	Verificar quais medidas estão sendo colocadas em prática para a adequação com as legislações e normas pertinentes aos custos aplicados ao setor público.
Implementação do sistema de custos	Referentes a implementação e utilização de um sistema para apuração e controle custos públicos.	Mapear quais prefeituras possuem um sistema para geração de informações a respeito dos custos públicos para sua posterior utilização e divulgação.
Transparência pública	Referentes a transparência e prestação de contas perante a sociedade sobre a utilização dos recursos públicos.	Correlacionar quais informações referentes aos custos públicos estão disponibilizadas no Portal de Transparência com as respostas dos gestores.
Importância	Referentes a utilização das informações geradas pela contabilidade de custos por outros setores da administração pública.	Validar se as informações geradas pela contabilidade de custos são úteis para a gestão dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O questionário em questão que foi enviado para as 34 prefeituras do estado do Rio Grande do Sul com a finalidade de coletar dados e informações sobre o controle dos custos públicos e sobre a adequação dos municípios perante as normas e legislações em vigor sobre a contabilidade de custos, este tornou-se importante então, para a definição de padrões entre os entes públicos municipais e a relação destes a prontidão para adequação às normas em vigor. O instrumento conteve questões abertas e fechadas, a respeito da contabilidade de custos aplicada ao setor público, a fim de verificar quais medidas estão sendo colocadas em prática para a adequação com as legislações e normas pertinentes aos custos aplicados ao setor

público; mapear quais prefeituras possuem um sistema para geração de informações a respeito dos custos públicos para sua posterior utilização e divulgação; correlacionar quais informações referentes aos custos públicos estão disponibilizadas no Portal de Transparência com as respostas dos gestores; validar se as informações geradas pela contabilidade de custos são úteis para a gestão dos recursos públicos.

O envio do questionário deu-se por meio dos Sistema de Informação ao Cidadãos (e-SIC) das prefeituras disponibilizados nos sites destas, e foi respondido pela ferramenta online formulário do Google para acompanhamento e coleta das informações. O período para aplicação do questionário deu-se entre maio e junho de 2022.

Após o recebimento das respostas do questionário, passou-se para a etapa de tratamento dos dados obtidos. Para as questões fechadas elencadas no questionário utilizou-se neste estudo a ferramenta de tabulação, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 167) como “a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles”. Há vários tipos de tabulação o escolhido e que melhor atendeu as necessidades desta pesquisa foi a tabulação simples, segundo Gil (2008) a tabulação simples também chamada de marginal, realiza a contagem das frequências em categoria de conjuntos. Neste projeto, a tabulação foi exercida por meio eletrônico utilizando-se de planilhas no programa Microsoft Excel[®] para que os dados fossem organizados em tabelas possibilitando uma melhor visualização e análise para posterior exposição dos resultados obtidos.

Foi utilizada neste estudo também, para as questões abertas a ferramenta de seleção definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 166), como seleção onde ocorre o “exame minucioso dos dados” uma vez que, o pesquisador verifica os dados de forma crítica observando falhas e erros buscando evitar informações distorcidas e confusas para subsequente análise dos dados avaliando o excesso ou falta de dados. Desta forma, permanece clara a observação dos dados facilitando sua posterior análise e melhor interpretação das informações.

Outro instrumento utilizado para coleta de dados foi a consulta nas legislações e normas pertinentes ao tema da pesquisa. Sendo relevante para o embasamento da pesquisa e tendo como respaldo legal as diretrizes previstas nos dispositivos para que se possa comparar o que foi realizado e evidenciado pelos órgãos públicos.

Para a coleta de dados, ainda foi utilizada a plataforma do Portal de Transparência das prefeituras (Apêndice 2) disponibilizada em seus respectivos sites, para obtenção de informações adicionais sobre custos. Segundo o Governo Federal (BRASIL, 2004), o Portal de Transparência foi desenvolvido em 2004 como uma ferramenta, para permitir o

acompanhamento do uso dos recursos públicos pela sociedade e para que esta mantenha participação e controle ativos a respeito das políticas públicas. Neste aspecto, o direito ao acesso as informações a respeito das despesas e receitas públicas é garantido através da Lei nº 12.527 de 2011, chamada Lei de Acesso à Informação, a qual prevê que as informações as quais não estejam disponibilizadas pelo município, devam ser solicitadas para este ente por meio de protocolo em local específico no site da prefeitura.

Conforme Tesch (1990) e Gil (2008) não há uma única maneira para a manipulação dos dados qualitativos, sendo importante a interpretação do pesquisador em relação aos dados obtidos. Ainda podem ser utilizados procedimentos comparativos, onde os dados podem vir a ser comparados com outros dados e com eles próprios possibilitando o estabelecimento de categorias, testes de hipóteses ou sumário de conteúdo (TESCH, 1990 apud GIL, 2008). A análise preliminar poderá ser efetuada utilizando-se de teorias já desenvolvidas e encontradas em materiais publicados para que o confronto com os resultados obtidos seja possível, sendo está a análise de conteúdo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003) é na análise dos dados que o pesquisador irá aprofundar-se nos dados obtidos com intenção de responder suas indagações, assim como estabelecer relações entre os dados encontrados e as hipóteses levantadas. Gil (2008) afirma que a análise tem o objetivo de organizar os dados obtidos para que se possa encontrar as respostas necessárias para a solução do problema em questão.

Conforme Colauto e Beuren (2012), a análise de conteúdo tem por objetivo principal estudar as comunicações com ênfase maior no conteúdo da mensagem, estando ligada intimamente aos objetivos da pesquisa, por esse motivo o pesquisador precisa ter uma noção consistente sobre o assunto abordado na pesquisa para suportar a análise de conteúdo.

Segundo Silva e Fossá (2013, p. 2), a análise de conteúdo pode ser entendida como “uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador”, com o intuito de analisar diferentes fontes de conteúdo sendo elas verbais ou não-verbais torna-se um conjunto de etapas e instrumentos metodológicos.

O Quadro 4, apresentou a relação entre os objetivos propostos pela pesquisa, enquadramento metodológico, instrumento para coleta de dados e processos para análise dos dados obtidos. Possuindo como finalidade a melhor visualização destes aspectos para um entendimento do processo de execução da pesquisa.

Quadro 4 – Objetivos específicos e análise dos dados

Objetivos específicos	Forma de abordagem	Classificação dos objetivos	Enquadramento metodológico	Instrumento de coleta de dados	Análise de dados
Verificar quais medidas estão sendo colocadas em prática para a adequação com as legislações e normas pertinentes aos custos aplicados ao setor público	Qualitativa	Descritiva e bibliográfica	Survey e bibliográfica	Questionário	Análise de conteúdo
Mapear quais prefeituras possuem um sistema para geração de informações a respeito dos custos públicos para sua posterior utilização e divulgação	Qualitativa	Descritiva e bibliográfica	Survey e bibliográfica	Questionário	Análise de conteúdo
Correlacionar quais informações referentes aos custos públicos estão disponibilizadas no Portal de Transparência com as respostas dos gestores	Qualitativa	Descritiva e bibliográfica	Survey e bibliográfica	Questionário	Análise de conteúdo
Validar se as informações geradas pela contabilidade de custos são úteis para a gestão dos recursos públicos	Qualitativa	Descritiva e bibliográfica	Survey e bibliográfica	Questionário	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro 4 referiu-se à relação entre os objetivos de pesquisa, classificação metodológica, instrumento de coleta de dados e análise dos dados obtidos, sendo classificada como pesquisa *survey*, utilizando-se a ferramenta questionário para coleta dos dados, e análise de conteúdo como método de análise das informações, além da classificação como pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica.

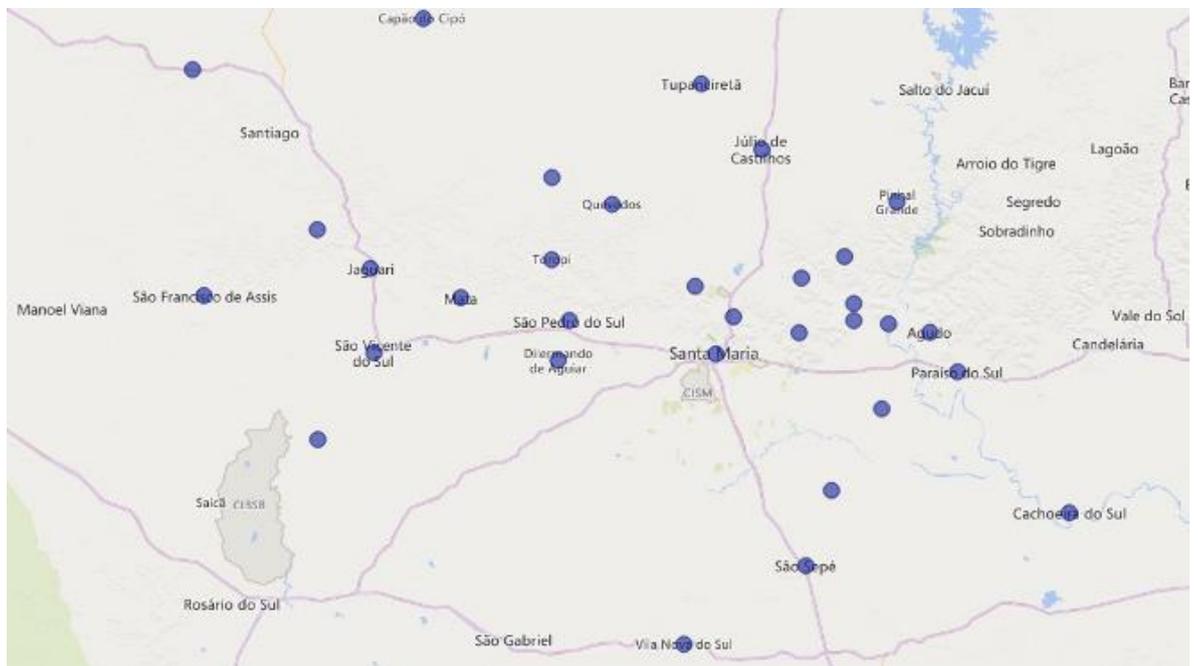
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção abordou-se, os resultados obtidos pela pesquisa de maneira a demonstrar as informações obtidas através do questionário, visando responder a problemática de pesquisa. Obteve-se informações a respeito da adequação das normas e legislações pertinentes, sistemas para adequação de informações, correlação entre as respostas dos gestores e as informações disponíveis nos Portais de Transparência e informações úteis para a gestão.

4.1 Prefeituras analisadas

Neste tópico elencou-se o quantitativo de prefeituras analisadas nesta pesquisa, sendo representado pelos 34 municípios da região central do estado do Rio Grande do Sul. O mapa apresentado na Figura 1, retirado do sítio da Associação dos Municípios da Região Central do Estado (AMCENTRO, 2022) ilustra esta região.

Figura 1 – Mapa Região Central do RS



Fonte: Associação dos Municípios da Região Central do Estado (2022).

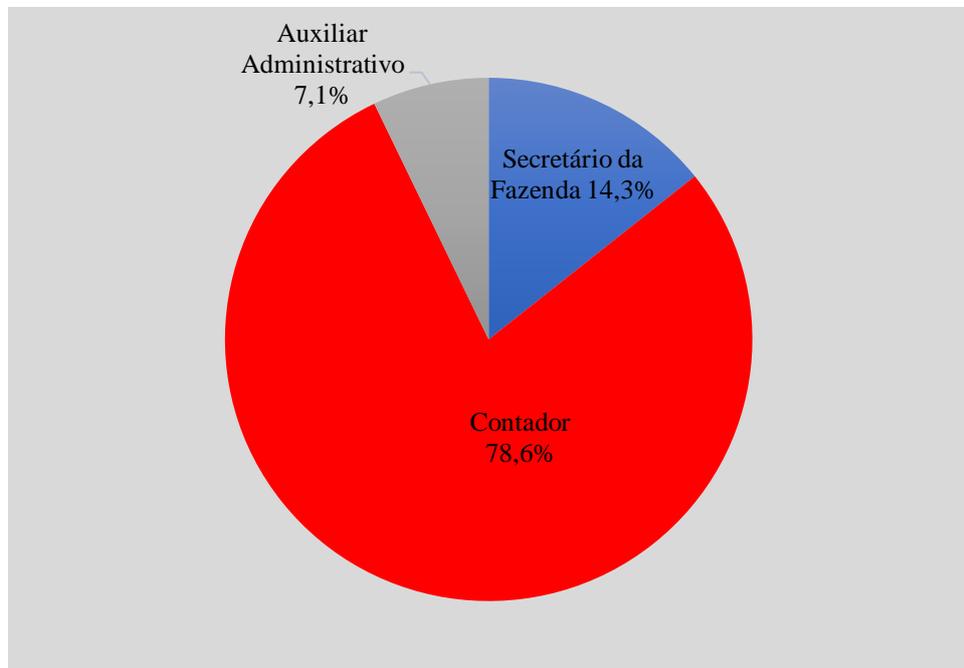
Cabe ressaltar que o município de Novo Cabrais não faz parte da AMCENTRO, porém, é parte integrante da região central do Estado, também sendo enviado o questionário para este. O questionário em questão foi enviado para todos os 34 municípios, porém, destes

apenas 14 responderam o mesmo, totalizando um percentual de 41% de municípios respondentes.

4.1.1 Perfil dos respondentes

Para que fosse possível identificar o perfil dos respondentes da pesquisa, foi questionado primeiramente qual o cargo ocupado pelo mesmo onde obteve-se os dados demonstrados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Relação de cargos dos respondentes



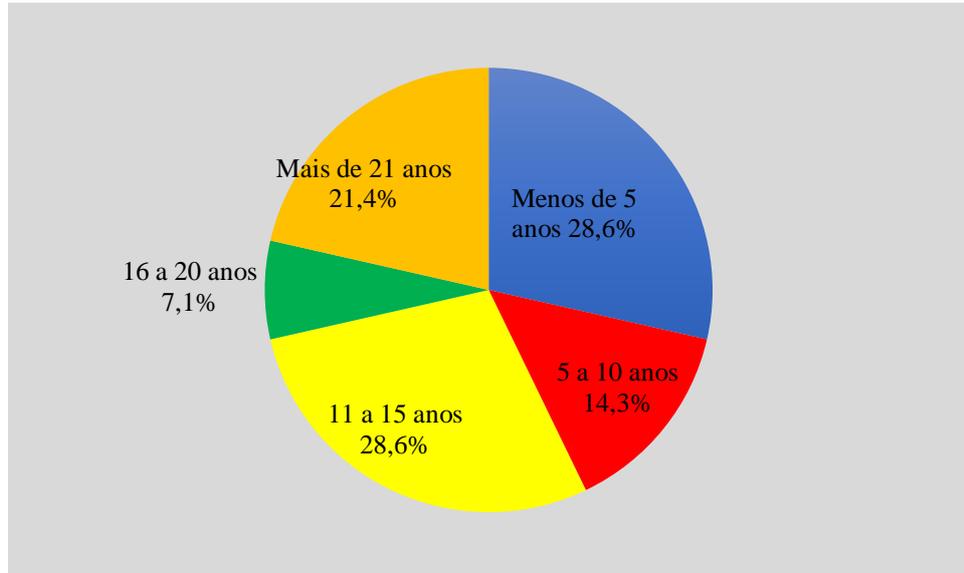
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir dos dados obtidos foi constatado que 78,6% dos respondentes ocupam o cargo de Contador, 14,3% o cargo de Secretário da Fazenda, ou seja, um cargo de confiança e apenas 7,1% representando 1 respondente ocupa o cargo de auxiliar administrativo. Estes dados demonstram que a maioria dos envolvidos na contabilidade municipal são de fato profissionais contábeis, visto isso já se espera o entendimento acerca das normas e legislações aplicáveis ao setor público.

Percebe-se que estes percentuais não sofreram grandes mudanças ao longo dos anos, visto que, em 2015 através de um estudo verificou-se que 84,62% dos respondentes também eram contadores (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Outro questionamento realizado foi sobre o tempo de atuação como servidor público, o Gráfico 2 espelha as informações obtidas.

Gráfico 2: Tempo de atuação no serviço público

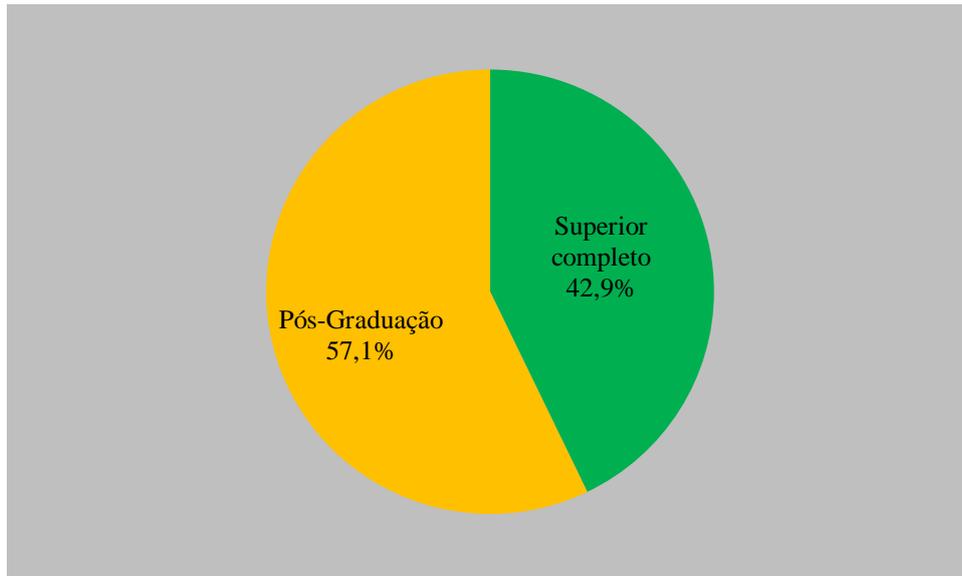


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observou-se como respostas mais representativa, o tempo entre menos de 5 anos, e entre 11 à 15 anos ambas representando 28,6% das respostas, em seguida elenca-se profissionais com mais de 21 anos representando 21,4% dos respondentes, com 14,3% são profissionais entre 5 à 10 anos de serviço público e por fim com 7,1% são retratados os atuantes entre 16 à 20 ano como servidor público. Em estudo anterior a maioria dos respondentes atuavam a mais de 20 anos no serviço público, seguido daqueles que atuavam entre 5 a 10 anos, porém, mesmo após a saída da academia e trabalhando a vários anos no serviço público ainda buscavam por conhecimento (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Próximo questionamento efetuado refere-se à escolaridade dos respondentes, o Gráfico 3 demonstra estes resultados.

Gráfico 3: Nível de escolaridade dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

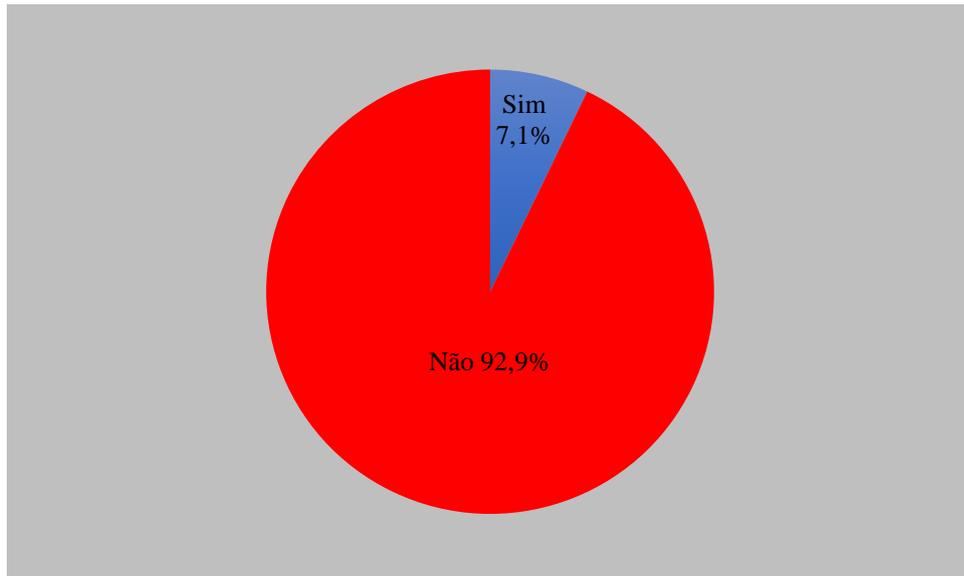
Verificou-se um percentual de 57,1% possuindo Pós-graduação e 42,9% possuindo apenas o Ensino Superior Completo. O que pode ser entendido como a busca por aperfeiçoamento e conhecimento, tornando-se um ponto positivo visto que, a contabilidade pública está sempre modificando-se e aprimorando-se. Estes dados atuais se comparados ao da pesquisa já anteriormente mencionada apresentam uma preocupação dos profissionais com relação a educação continuada. Uma vez que, em 2015 o percentual de respondentes com ensino superior completo era de 53,85%, embora, atualmente este percentual tenha diminuído, o percentual de profissionais com pós-graduação era de apenas 38,46%, indicando um aumento pela capacitação profissional atualmente (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Após o conhecimento acerca do perfil dos profissionais respondentes ao questionário, se faz necessário o conhecimento do seu nível de conhecimento e capacitação.

4.1.2 Conhecimento e capacitação acerca do tema

Na questão de capacitação acerca da contabilidade de custos aplicados ao setor público o Gráfico 4 representa as respostas adquiridas.

Gráfico 4: Capacitações realizadas pelos respondentes

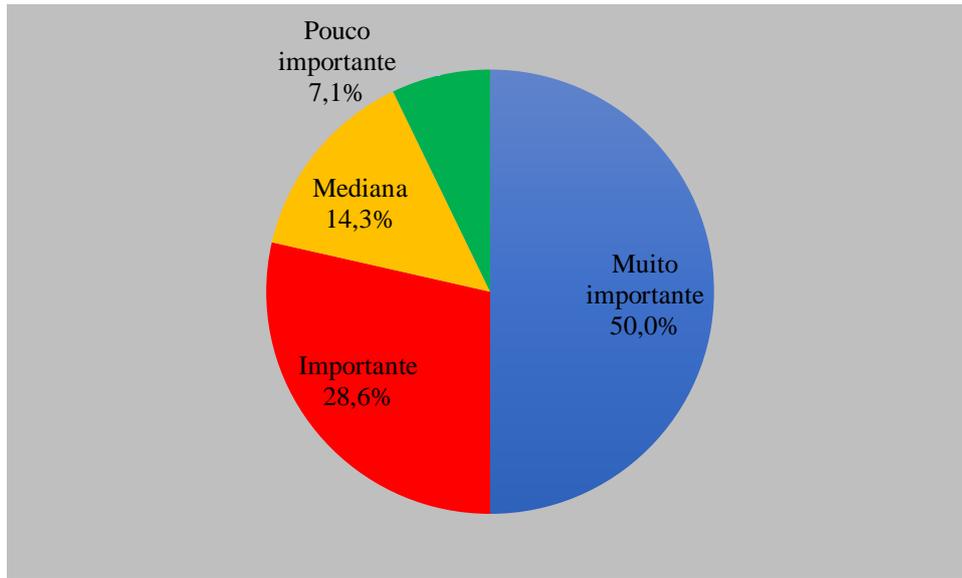


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Verificou-se que 92,9% dos servidores não possuem qualquer capacitação a respeito do tema, e apenas 7,1% representando 1 respondente declara possuir curso. Sendo este oferecido pelas empresas DPM Educação e Instituto Gama de Assessoria a Órgãos Públicos (IGAM) ambas as organizações são especializadas em oferecer cursos e assessoria para a administração pública. Cabe ressaltar que em estudo realizado em 2015, os resultados obtidos apontaram que 69,23% dos respondentes na época possuíam cursos acerca das normas contábeis aplicadas ao setor público, em específico a NBC T 16.11, o que causa grande disparidade com a situação atual, percebe-se então, a diminuição do aperfeiçoamento dos profissionais acerca das normativas pertinentes ao longo dos anos (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Em relação à importância da contabilidade de custos para a administração pública, o Gráfico 5 representa as respostas obtidas.

Gráfico 5: Importância da contabilidade de custos para a administração

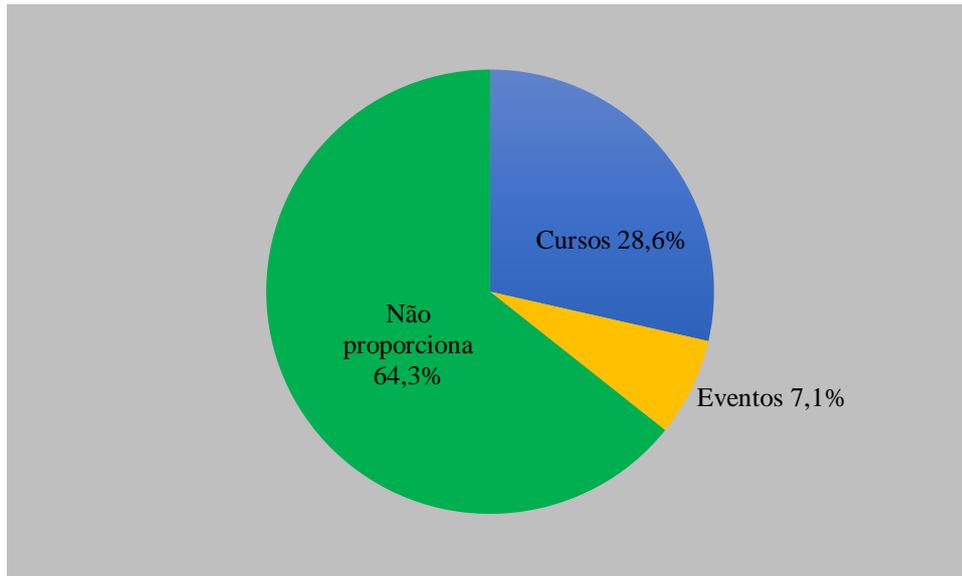


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tratando-se da sua importância para a administração, sobretudo a municipal 50% dos respondentes elencam as informações sobre custos como muito importante, sendo seguidos pelo percentual de 28,6% os quais a elencam como importante. Após é elencada como mediana por 14,3% dos servidores e por fim 7,1% há intitulam como pouco importante. Nota-se que mesmo após legislações sendo impostas e os autores demonstrando sua importância, alguns profissionais ainda não consideram a contabilidade de custos uma ferramenta importante para a organização.

Neste pensamento, Wiemer e Ribeiro (2004) através de estudo comprovaram o auxílio da contabilidade de custos para a gestão, por exemplo para a avaliação do desempenho das ações realizadas pela gestão pública relacionadas ao corte de gastos ou aplicação e otimização dos recursos públicos. No que tange a iniciativa das prefeituras municipais de proporcionarem o aperfeiçoamento dos seus profissionais acerca da contabilidade de custos o Gráfico 6 ilustra as respostas alcançadas.

Gráfico 6: Iniciativa para aperfeiçoamento profissional



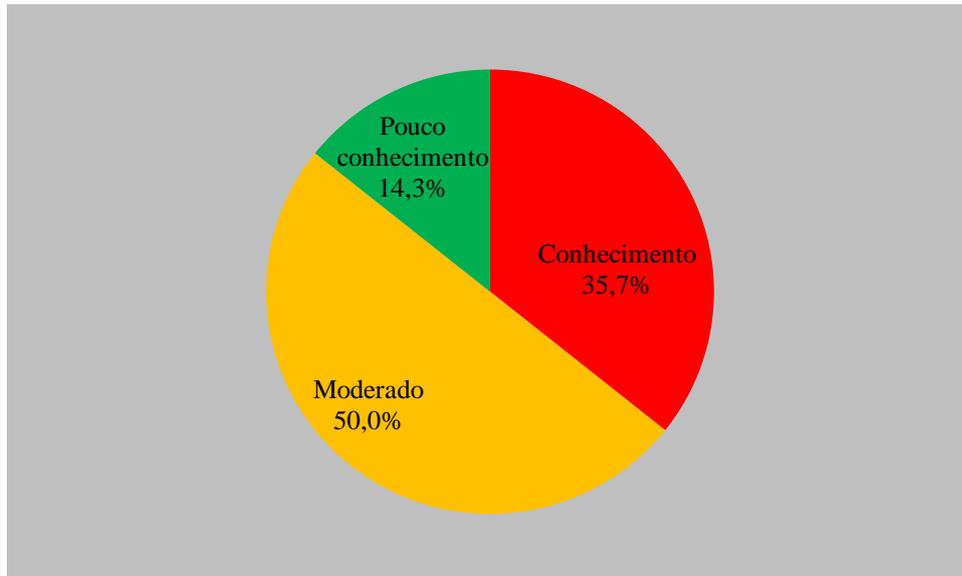
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Verifica-se que os resultados obtidos são de apenas 28,6% dos municípios proporcionarem cursos e 7,1% eventos, sendo a grande maioria 64,3% não proporcionam nenhum tipo de aperfeiçoamento. Demonstra-se a falta de atitude por parte da administração pública em manter seus profissionais atualizados em relação as legislações, normas e demais atualizações necessárias acerca do tema em questão.

Observou-se através de pesquisa anteriormente realizada por Lorenzato, Behr e Goularte (2016), que realmente não há incentivo do Estado em oferecer cursos de capacitação relacionados a contabilidade de custos ou a utilização de sistemas para apuração destes. Quando há ocorrência de cursos ou palestras, ofertadas pelo Estado relacionadas aos custos públicos os profissionais palestrantes estão desmotivados e não recebem a mais por isso, o que torna a capacitação menos atrativa para os servidores (LORENZATO; BEHR; GOULARTE, 2016).

No que se refere ao conhecimento a respeito das normas e legislações aplicáveis a contabilidade de custos aplicado ao setor público pode-se verificar os resultados através do Gráfico 7.

Gráfico 7: Classificação do conhecimento do respondente

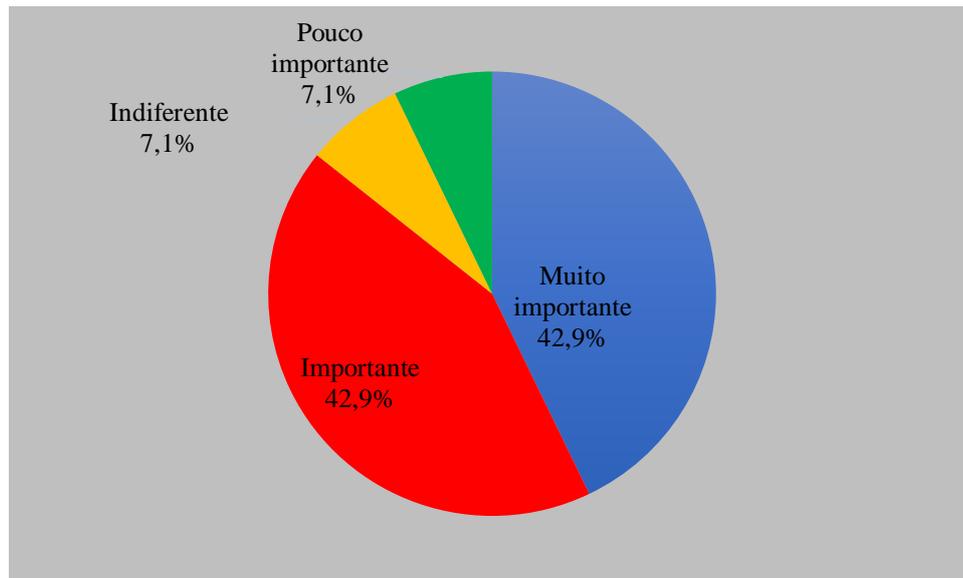


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que 50% dos respondentes classificam seu conhecimento como moderado, seguido de 35,7% dos servidores classificando-se como possuidores de conhecimento acerca do tema, porém 14,3% dos respondentes destacam possuir pouco conhecimento. Pode-se perceber que mesmo havendo imposição em legislações e normas, além de cursos como destacado por um respondente, o interesse dos profissionais pelo assunto ainda é baixo o que no futuro, poderá acarretar desatualização do profissional.

Acerca da necessidade e importância da apuração dos custos para a organização a maioria dos profissionais reconhece esta questão, como pode-se verificar no Gráfico 8.

Gráfico 8: Necessidade e importância da apuração dos custos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se que referente a necessidade e importância de apuração, são elencados por 42,9% ambos os tópicos muito importante e importante, seguidas das respostas indiferente e pouco importante ambas com 7,1%. Observa-se o interesse dos profissionais em apurar os custos públicos, porém ainda há resistência de uma minoria em reconhecer a sua importância e necessidade.

Nesta lógica, percebe-se uma constante no pensamento dos profissionais ao passar do tempo, pois em estudo anterior como já citado havia este reconhecimento acerca da importância das informações de custos, ou seja, há uma preocupação dos profissionais de diferentes faixas etária sobre a importância de apurar e mensurar os custos públicos (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015). Porém, para que seja devidamente colocada em prática a contabilidade de custos, é necessário mais do que apenas a vontade e reconhecimento de sua importância para a administração pública, é dever do profissional conhecer e dominar as normas e legislações básicas para sua aplicabilidade.

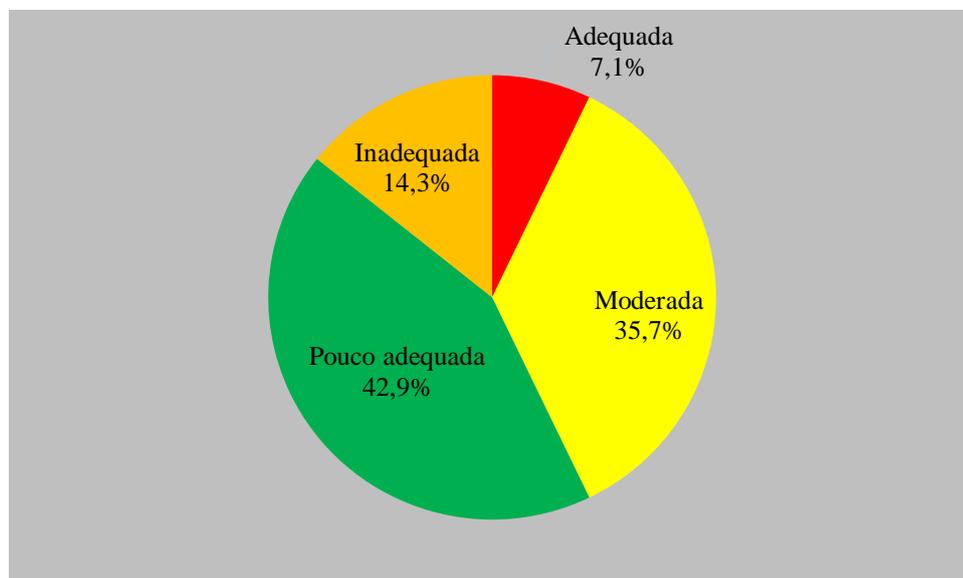
Obtendo-se por consequência, a adequação da contabilidade com as legislações pertinentes, uma vez que, há órgãos que acompanham e fiscalizam a transparência pública e a destinação de recursos públicos como o Observatório Social, um órgão sem fins lucrativo e apartidário o qual tem por objetivo a melhoria constante da gestão pública (BRASIL, 2022).

4.2 Adequação com as legislações e normas

Neste segundo tópico desenvolveu-se os resultados obtidos em relação às informações disponibilizadas pelos servidores acerca do que está sendo posto em prática para adequar o município com as legislações e normas pertinentes aos custos públicos.

Em relação a questão de adequação da contabilidade pública municipal com a NBC T 16.11 a qual regulamenta o Subsistema de Informações de Custos no Setor Público o Gráfico 9 demonstra as respostas obtidas.

Gráfico 9: Adequação em relação a NBC T 16.11



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

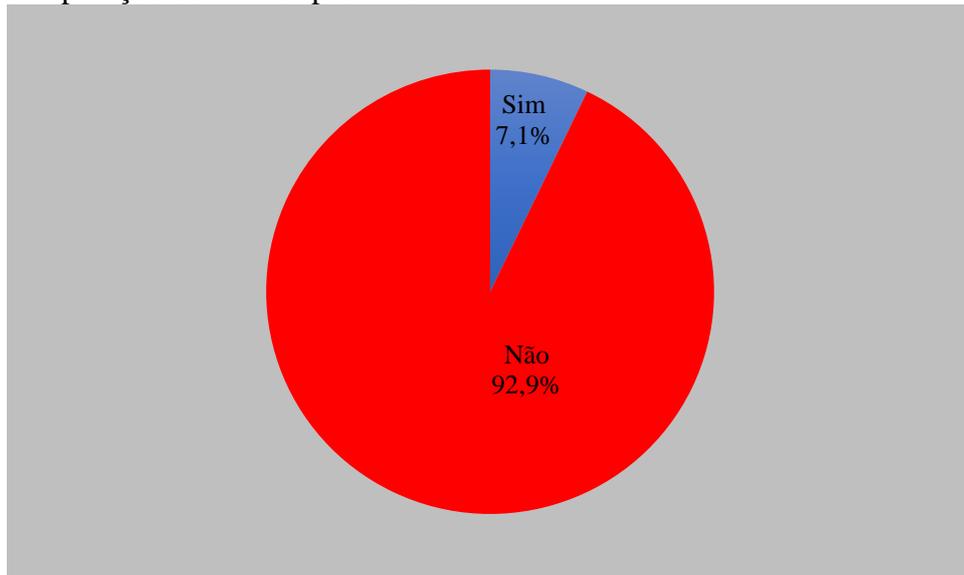
Verificou-se que 42,9% dos servidores afirmam que a contabilidade está pouco adequada, seguido de 35,7% elencando como moderada esta adequação. Ainda há servidores que elencam como inadequada totalizando 14,3% das respostas, e apenas 7,1% asseguram que a contabilidade está adequada quanto a norma em questão. Em pesquisa realizada em 2015 indagou-se sobre a adequação com as normas aplicadas ao setor público, obtendo como resultado que apenas 7,69% dos municípios estavam integralmente adequados e 46,15% estavam em grande parte adequados (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Percebe-se que, embora seja obrigatória e já esteja normatizada pelo CFC, ainda não há a adequação e aplicabilidade da NBC T 16.11 por parte dos municípios.

Consequentemente, não ocorre a mensuração e avaliação dos custos o que prejudica a tomada de decisão e gestão pública.

Partindo destas respostas no que tange aos custos públicos municipais, o primeiro questionamento realizado foi sobre a ocorrência de apuração dos custos públicos sendo demonstrados os dados obtidos conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10: Apuração dos custos públicos

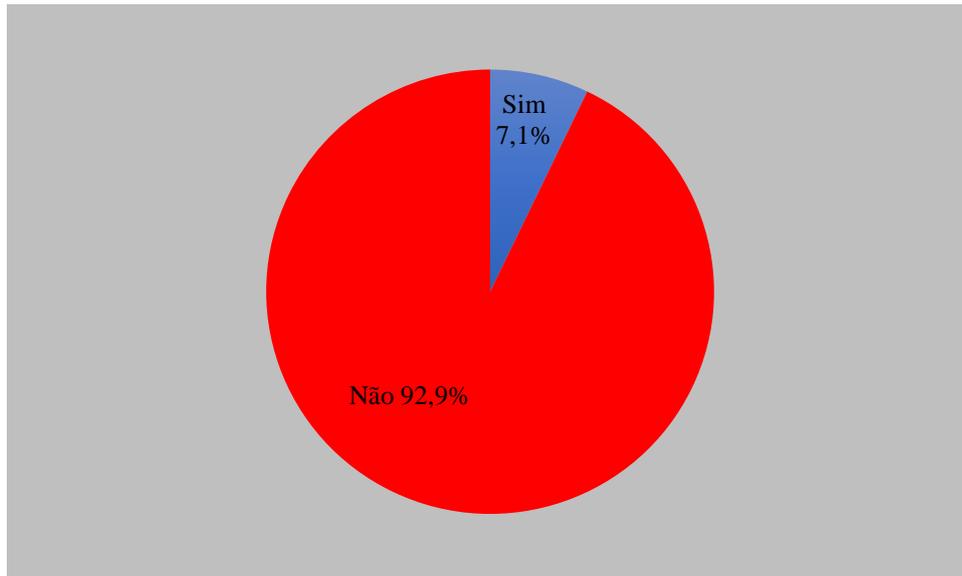


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Relacionado a esta apuração apenas 7,1% dos respondentes afirmam que este processo é realizado contra 92,9% os quais declaram que este processo não é efetuado pelo município. Estes dados apenas comprovam a falta de informações sobre os próprios custos municipais acarretando com que os gestores não consigam tomar decisões de maneira assertiva.

Dessa forma, foi questionado acerca da realização de análise e validação dos custos públicos, onde as respostas são evidenciadas no Gráfico 11.

Gráfico 11: Análise e validação dos dados



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Verifica-se que apenas 7,1% dos municípios realizam este processo e 92,9% não efetuam esta análise e validação dos custos. Percebe-se que estes percentuais são apenas o reflexo da falta de apuração e controle dos custos públicos, não há como ser feita a validação e análise sem dados para a sua realização.

Ainda relacionado aos gastos questionou-se quais são ou serão considerados como custos após implementação de sistemas, as respostas foram variadas não sendo unânime quais gastos são considerados como custos. A seguir, elenca-se os principais gastos citados como custos:

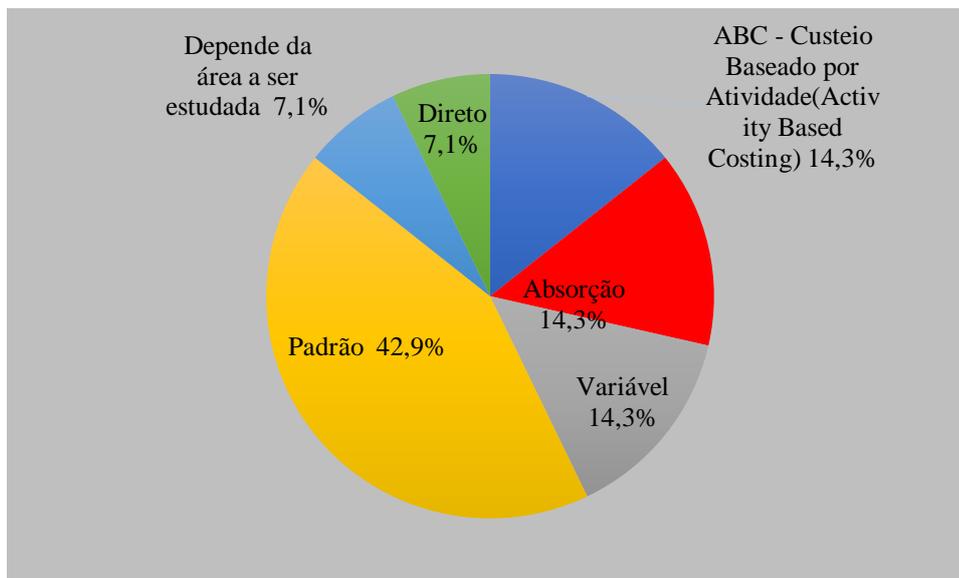
- Despesas: fixas, de manutenção, com pessoal, saúde e educação;
- Depreciação, matéria prima de cada secretaria, energia elétrica, água, almoxarifado (consumo de materiais) e contabilidade;
- Na educação custos por aluno, na saúde custos por paciente sendo relacionado com a população atendida;
- Bens e serviços gerais.

Alguns respondentes ainda elencaram que primeiramente deve ser feito um levantamento para realizar essa distinção acerca do que será considerado como gastos, sendo exemplificado por um respondente o estudo para verificar o que será mais vantajoso para a administração pública entre terceirizar ou produzir/realizar os serviços. Outros respondentes acreditam que este critério de separação para obtenção dos dados referentes sobre gastos, dependerá da área a ser estudada como educação, saúde, obras e assim por diante.

Observa-se que não há um consenso entre os profissionais sobre quais dispêndios serão considerados como gastos, o que acaba sendo um empecilho em muitos casos para a implementação de tal controle de custos.

No mesmo contexto, outro questionamento efetuado foi em relação ao método de custeio já utilizado ou o qual melhor se adapta para uma posterior utilização, o Gráfico 12 demonstra as respostas obtidas.

Gráfico 12: Método de custeio adequado



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como resposta da maioria dos respondentes, foi elencado o custeio padrão como mais adequado com 42,9% das respostas, em seguida as escolhas ficaram divididas entre método de custeio ABC, absorção e variáveis ambos os três com 14,3% cada uma das respostas, a seguir elencou-se o método de custeio direto com 7,1% das respostas como o mais adequado a ser utilizado. Um respondente representando 7,1% das respostas declarou que a escolha do método de custeio dependerá da área a ser estudada, não podendo ser definida anteriormente a tal planejamento. Percebe-se, no entanto, que neste aspecto ainda há certo parâmetro na escolha do método de custeio sendo o padrão o escolhido como o mais adequado para que seja realizado este controle dos custos públicos.

Entretanto, em pesquisa realizada por Alves e Francez (2011) constatou-se que o método mais adequado para utilização no setor público seria o custeio ABC, uma vez considerada a estrutura organizacional da administração pública, capacitação dos profissionais comprometidos na apuração e mensuração dos custos, plano de contas, além das informações

que se deseja obter. Corroborando com esta conclusão, Maria e Oliveira (2015) também através de pesquisa elencaram o custeio ABC como mais adequado pela maior confiabilidade e detalhe nas informações, porém verificou-se o despreparo da gestão para sua aplicação.

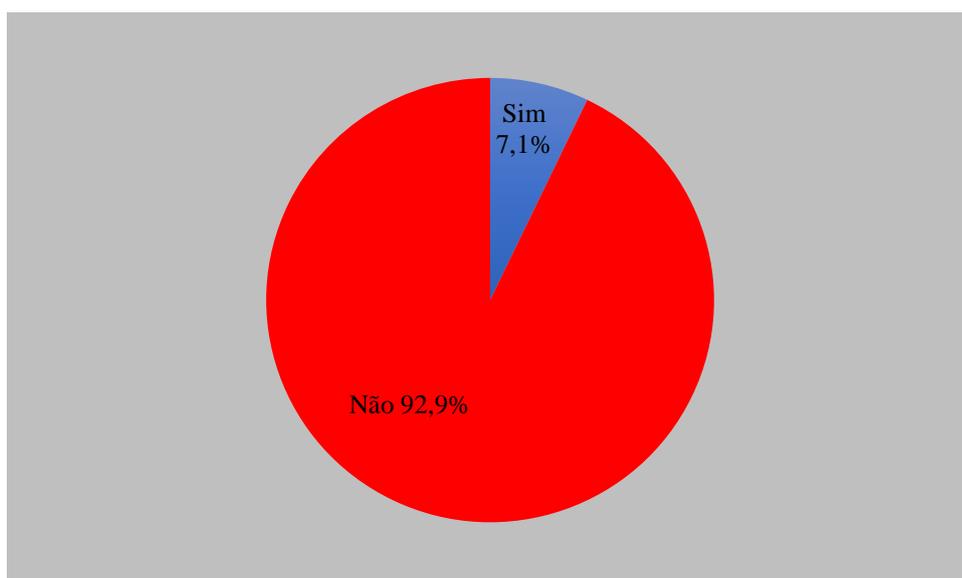
Corroborando com esta pesquisa, os resultados apresentados em pesquisa realizada por Parcianelo, Gonçalves e Soares (2015), demonstram que no contexto da época o método indicado pelos respondentes como o mais adequado seria o custeio direto com 53,85% de aprovação. Nota-se que ocorreu uma mudança de preferência em relação ao método de custeio a ser utilizado na contabilidade pública.

Com o intuito de que se realize as apurações, escolha do método de custeio mais adequado, análises e validações dos custos deve ser implementado um sistema de custeio para que as informações sejam armazenadas e interligadas entre si, auxiliando o trabalho dos gestores no processo de tomada de decisão.

4.3 Sistemas para geração de informações

Neste terceiro tópico, tratou-se sobre o mapeamento realizado afim de verificar quais prefeituras já possuem um sistema de geração de informação de custos e sua posterior divulgação. Acerca da utilização de sistema de custos o Gráfico 13 ilustra as respostas adquiridas.

Gráfico 13: Utilização de sistemas de custos

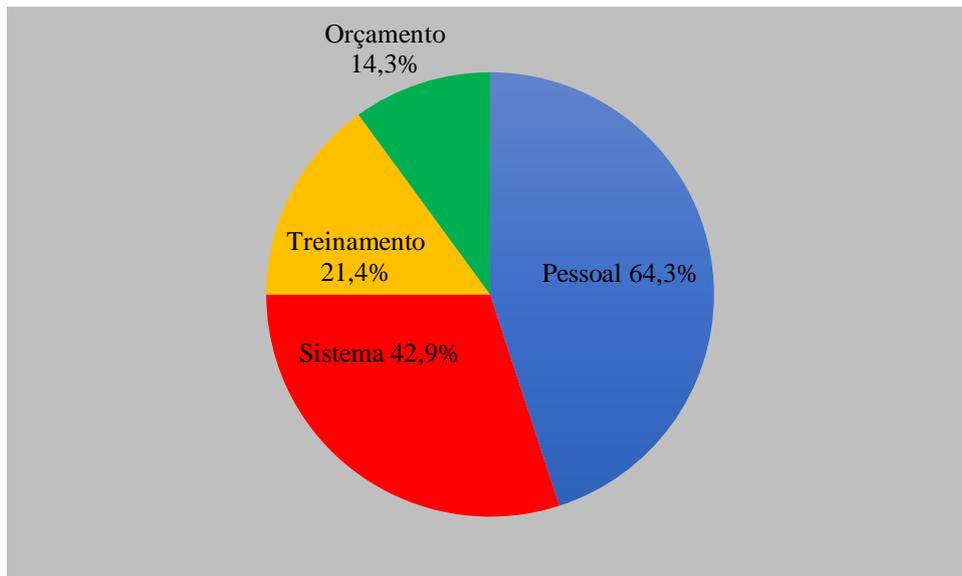


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que 92,9% dos respondentes afirmam que não possuem qualquer sistema de custeio nas prefeituras, e apenas 7,1% representando 1 respondente declarou que possui sistema de custos desde 2021. Estes dados estão próximos dos evidenciados em pesquisa de 2015 já referenciada, onde 92,31% dos municípios não possuíam sistema de custos e apenas 7,69% representando um município possuía um sistema para apuração dos custos, o que demonstra que a situação de anos anteriores ainda se mantém atualmente (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Outra questão relevante transformada em questionamento é acerca das dificuldades em implementar um sistema de custos, obtendo-se como as dificuldades mais repetidamente descritas pelos servidores as representadas no Gráfico 14.

Gráfico 14: Dificuldades em implementar sistema de custos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que a maior dificuldade encontrada pelos servidores na implementação de um sistema de custeio, identificada em 64,3% das respostas, está relacionada ao pessoal e sua resistência em aceitar mudanças nos processos desenvolvidos. Fato este, que corrobora no quesito a questão de não querer realizar mais uma etapa em sua rotina diária, destacado por um responde ainda se encontra a “falta de decisão dos gestores públicos” em requerer e implementar um sistema de custos (RESPONDENTE, 2022).

Um ponto listado como dificuldade que poderia ser solucionado, é a questão da falta de treinamento para o pessoal que estaria diretamente relacionado a contabilidade de custos e seus processos. Como evidenciado anteriormente por um respondente, há no mercado

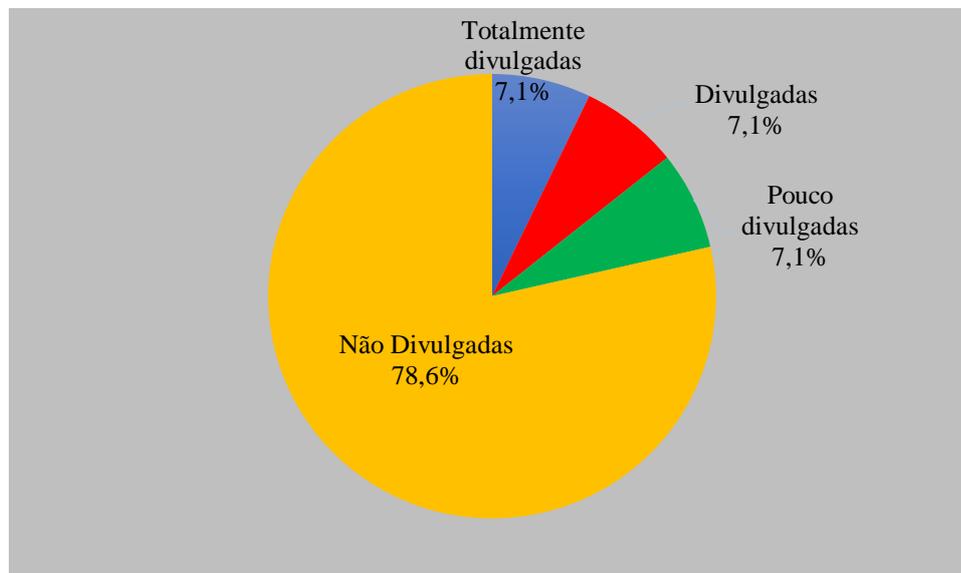
empresas que ofertam cursos e demais capacitações para a área de contabilidade pública e suas correlacionadas como é o caso da contabilidade de custos. Outras dificuldades elencadas são a falta de sistemas adequados que atendam às necessidades dos servidores e a falta de tecnologia adequada para suporte ao sistema, estes empecilhos estão presentes em 42,9% das respostas obtidas através do questionário.

Verificou-se com menor ênfase, porém, com certa relevância que a falta de organização do orçamento também é uma dificuldade encontrada pelos servidores para implementação de um sistema de custos. O alto valor destinado a folha de pagamento dos municípios devido a estabilidade dos servidores foi uma das proposições listadas por um respondente devido ao engessamento das legislações e dos recursos destinados a esta despesa, assim como a falta de organização do orçamento para que seja possível viabilizar a aquisição de sistemas ou mesmo a sua elaboração pela própria prefeitura por setor especializado em tecnologia.

Constata-se que estas dificuldades não são dos dias atuais, visto que, em pesquisa anterior também se observou a falta de pessoal e comprometimento destes para implementação de um sistema de custeio. Do mesmo modo que, indicou-se a dificuldade em encontrar fornecedores destes sistemas, e falta de envolvimento dos setores responsáveis dentro das prefeituras para criação destes (PARCIANELO; GOLÇALVES; SOARES, 2015).

Acerca da divulgação das informações geradas pela contabilidade de custos o Gráfico 15 demonstra as respostas obtidas.

Gráfico 15: Divulgação das informações acerca dos custos



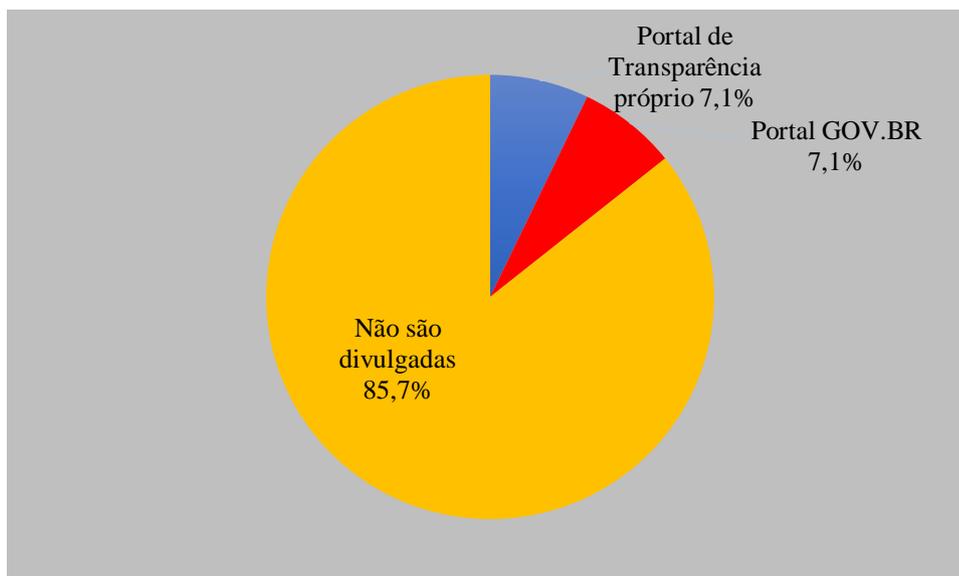
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se que 78,6% dos servidores garantem que estas informações não são divulgadas, em seguida 7,1% dos servidores elencam como pouco divulgadas, mesmo percentual que elenca as informações como divulgadas. Assim como, o percentual de 7,1% representa o respondente que garante que as informações a respeito dos custos públicos são totalmente divulgadas. Através destes dados percebe-se a inconstância das respostas uma vez que, não realizada a segregação, apuração e análise dos custos não há como ser realizada a sua divulgação para os cidadãos, sendo incompatível o percentual total de 21,3% dos municípios efetuarem a sua divulgação, mesmo sendo em diferentes níveis (pouco divulgadas, divulgadas ou totalmente divulgadas).

Neste aspecto, pesquisa realizada por Lorenzato, Behr e Goulart (2016) reforça a importância em utilizar um sistema de informação de custos, uma vez que, este auxilia a transparência pública dos gastos públicos, além de auxiliar a gestão e melhorar a estrutura do órgão público.

Ainda tratando-se da divulgação das informações sobre custos outro questionamento efetuado foi acerca de como a informação é divulgada para os cidadãos, tendo como respostas obtidas as ilustradas no Gráfico 16.

Gráfico 16: Canal de divulgação das informações



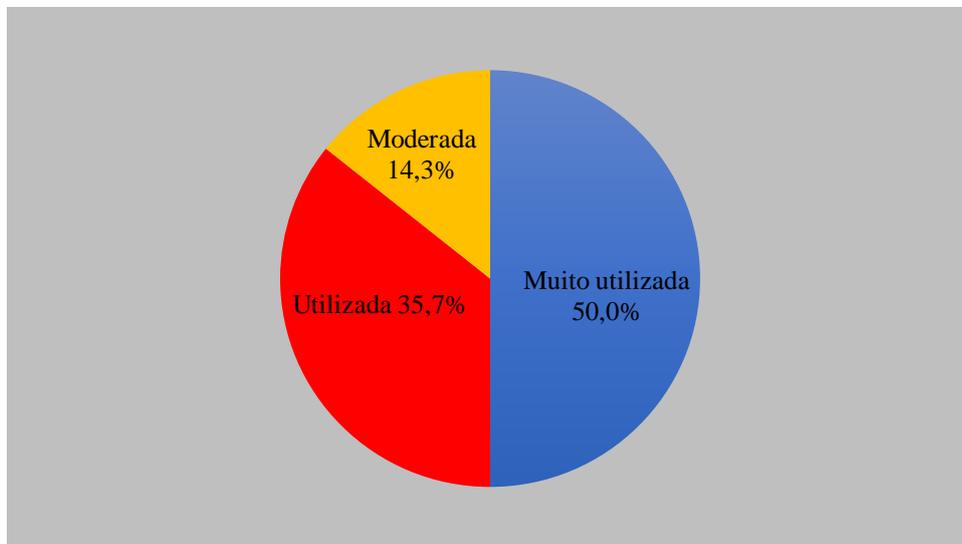
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A maioria dos respondentes representando 85,7% não divulgam estas informações em consequência da não apuração destas, 7,1% dos respondentes realizam a divulgação por meio

de Portal de Transparência Próprio e 7,1% realizam através do Portal Gov.br, portal este de domínio do Governo Federal. As respostas demonstram que os municípios ainda não realizam a divulgação das informações apuradas referente aos custos, o que vai contra as conclusões encontradas por estudos anteriores, os quais comprovam a necessidade e importância de divulgar as informações relacionadas aos custos (LORENZATO, BEHR, GOULARTE, 2016).

Tratando-se do Portal de Transparência e sua utilização, o Gráfico 17 ilustra a maneira com que os portais são utilizados.

Gráfico 17: Utilização do Portal de Transparência

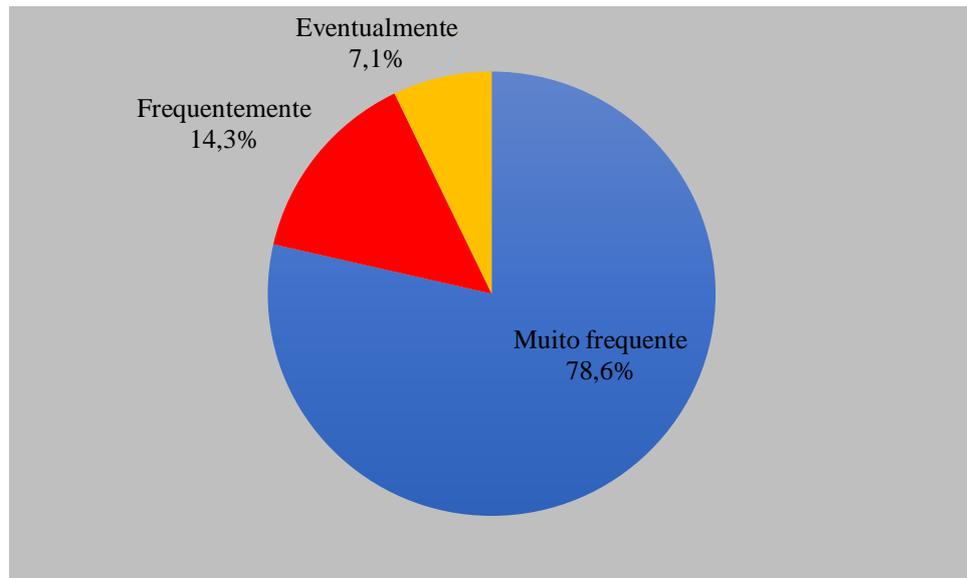


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que a maioria dos municípios 50,0% utilizam muito os portais de transparência o que é um ponto positivo para o acompanhamento e cobrança por parte dos cidadãos. Outros 35,7% afirmam utilizarem os portais de transparência e apenas 14,3% elencam a sua utilização pelo município como moderada, ou seja, não utilizando de forma tão ampla seus portais.

Relacionado a frequência com que os Portais de Transparência são alimentados com informações, o Gráfico 18 demonstra as respostas adquiridas através dos respondentes.

Gráfico 18: Frequência de alimentação dos portais com informações

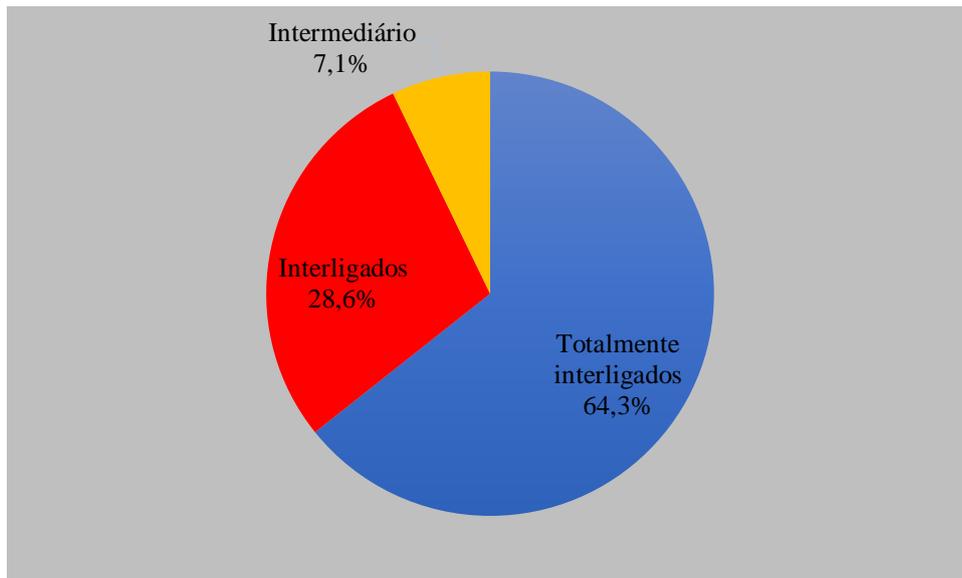


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se que a maioria dos respondentes, representando 78,6% alimentam seus portais de maneira muito frequente, possivelmente por possuírem os sistemas geradores de informações interligados com o portal, assim, substituindo as informações praticamente em tempo real. Em seguida, elenca-se o percentual de 14,3% alimentando seus portais de maneira frequente provavelmente por haver uma defasagem no tempo de integração das informações no portal. De maneira eventualmente, apenas 7,1% dos respondentes enquadram-se na categoria, demonstrando que não há uma preocupação por parte destes municípios na transparência de informações e prestação de contas para a sociedade.

Corroborando com o questionamento anterior, foi efetuado um questionamento sobre a interligação dos sistemas necessários para geração de informações entre si e com o Portal de Transparência como ilustrado no Gráfico 19.

Gráfico 19: Interligação dos sistemas e o Portal de Transparência

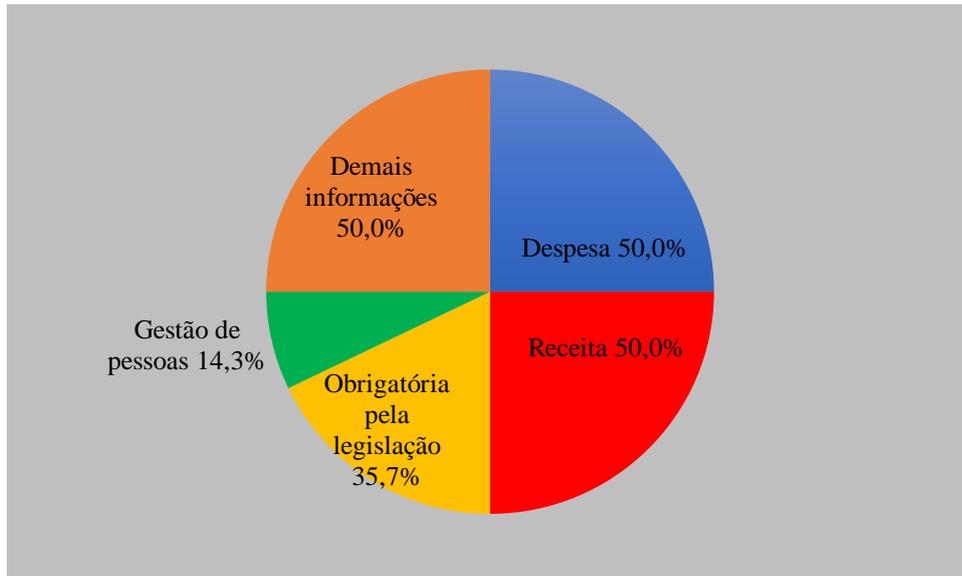


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se de maneira positiva que na maioria dos municípios a interligação dos sistemas concomitantemente com o portal, ocorre de maneira plena representando 64,3% dos respondentes. Em seguida elenca-se os respondentes os quais afirmam que os sistemas estão interligados representando um percentual de 28,6%, posteriormente elenca-se 7,1% dos respondentes elencando que há uma interligação de maneira intermediária. Pode-se entender estes dados como a aplicabilidade de imposições legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal visto que, é determinado pela legislação a evidenciação e transparência dos atos praticados pelo município (BRASIL, 2000).

Pertinente a quais informações são disponibilizadas nos portais, o Gráfico 20 ilustra as principais respostas obtidas.

Gráfico 20: Informações disponibilizadas

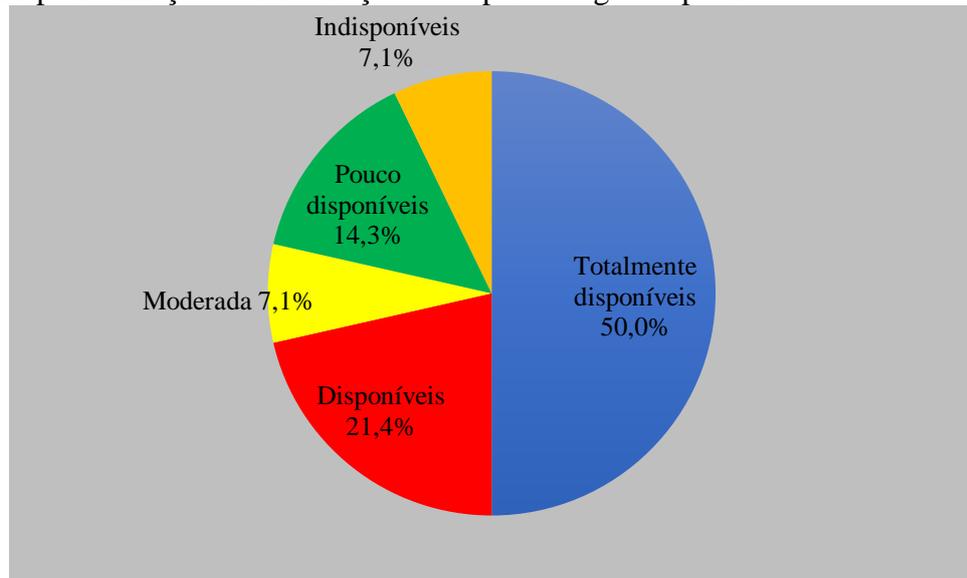


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As informações indicadas pela maioria dos respondentes como disponíveis nos portais são referentes a despesas e receitas ambas com percentual de 50,0%, seguidas por demais informações referentes a contratos, licitações, informações contábeis, atos administrativos e transferências financeiras totalizando 50,0% de indicações nas respostas. A seguir, elencam-se as respostas sobre a divulgação de informações obrigatórias pela legislação, porém, não foram citadas pelos respondentes quais seriam estas informações ou quais legislações se referiam. Apenas em 14,3% das respostas foram indicadas a divulgação das informações a respeito da gestão de pessoas.

Ainda sobre a divulgação das informações, foi questionado acerca da maneira como os gastos públicos (custos e despesas) são disponibilizados nos Portais de Transparência como pode ser observado no Gráfico 21 as respostas obtidas.

Gráfico 21: Disponibilização de informações a respeito de gastos públicos

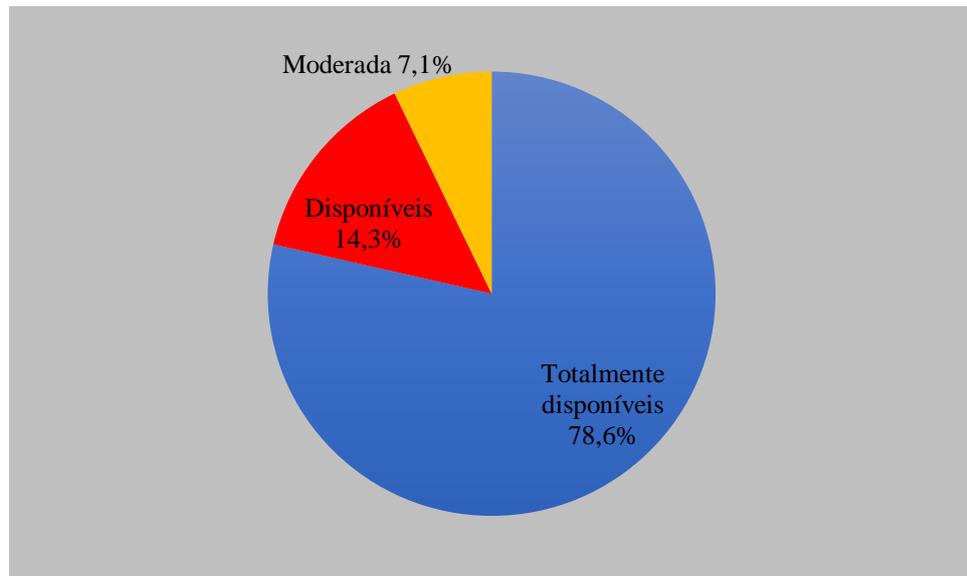


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Constata-se que a maioria dos respondentes elenca a informações como totalmente disponíveis com 50,0% ou disponíveis com 21,4%, porém, estes percentuais estão considerando apenas as despesas públicas e não os custos públicos, pois como visto anteriormente não há apuração dos custos pela maioria das prefeituras. Alguns servidores classificam as informações como pouco disponíveis representando 14,3%, o que acarreta a dificuldade do controle social por parte dos cidadãos e do Observatório Social como exemplificado anteriormente. É classificada como moderada a disponibilização das informações por 7,1% dos respondentes, mesmo percentual retratado por respondentes que afirmam que as informações não estão disponíveis possivelmente por apenas as informações acerca de despesas estarem disponíveis.

Por outro aspecto, em relação as informações sobre receitas e destinação de recursos públicos os percentuais alteram-se de forma positiva, como ilustrado no Gráfico 22.

Gráfico 22: Disponibilização de informações a respeito de receita e destinação de recursos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Identifica-se através dos dados que a maioria dos respondentes classificam as informações como totalmente disponíveis representando 78,6%, sendo seguido por 14,3% dos servidores que as classificam como disponíveis, o que resulta em pontos positivos na questão de transparência pública. Apenas 7,1% dos respondentes elencam a disponibilização das informações como moderada, demonstrando que os municípios ainda devem melhorar a sua transparência.

Corroborando com a pesquisa, estudo anteriormente realizado elencou o auxílio a transparência dos gastos públicos e as informações recebidas pelos gestores de maneira tempestiva como principais benefícios em implementar um sistema de informação de custos. Contudo, como principais problemas a falta de conhecimento sobre custos e falta de treinamento dos profissionais para utilização do sistema e apuração dos custos (LORENZATO; BEHR; GOULARTE, 2016).

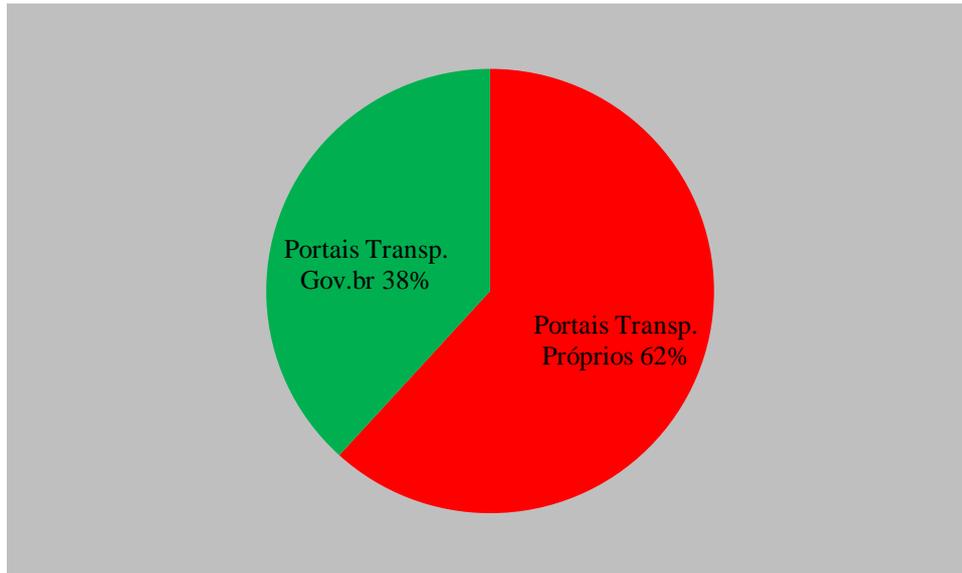
Após a verificação de que existe, em níveis diferentes, a transparência pública e que não há unanimidade nas informações disponibilizadas pelos municípios cabe a análise, se estas informações como por exemplo a segregação dos gastos e o controle de custos são úteis e relevantes para a gestão e se são realmente utilizadas pelos demais setores da administração pública.

4.4 Correlação entre as respostas dos gestores e as informações disponíveis nos Portais de Transparência

No quarto tópico desenvolveu-se a correlação dos resultados obtidos através da aplicação do questionário e da análise dos Portais de Transparência de cada prefeitura.

Em relação aos Portais de Transparência foram analisados os 34 municípios contidos na região central do RS, a partir disto os resultados obtidos estão ilustrados no Gráfico 23.

Gráfico 23: Portal de divulgação das informações

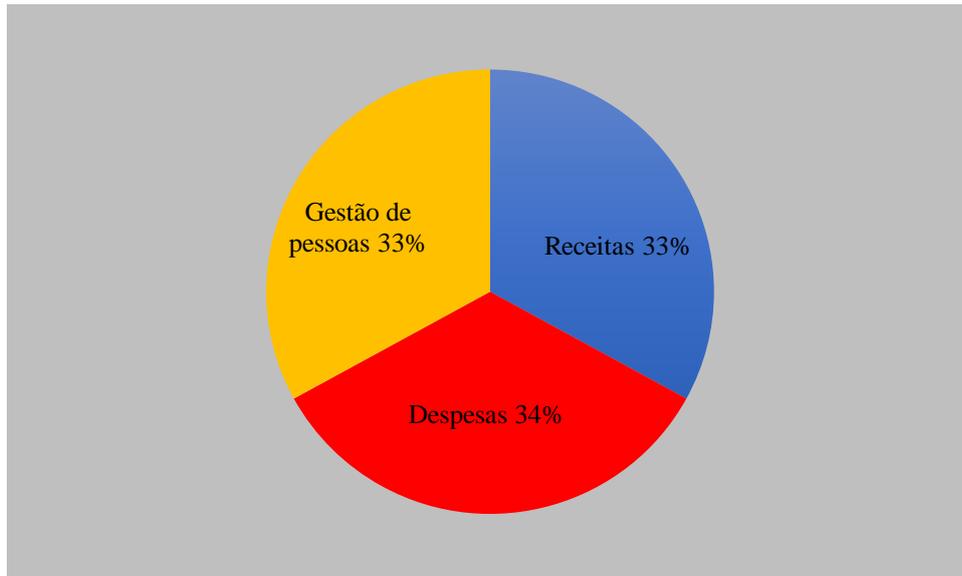


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que dos 34 municípios analisados, 21 contém portais próprios representando 61,8% da análise, ao passo que 13 municípios possuem *link* de acesso direto ao Portal Gov.br do Governo Federal representando 38,2% da amostra. Através do questionário percebeu-se que embora, a maioria das respostas foram que as informações não são divulgadas, que utilização dos portais é dividida entre próprios do município e do Portal Gov.br.

Corroborando com esta questão, foi realizada a análise das informações que mais são divulgadas nos portais, como é representado no Gráfico 24.

Gráfico 24: Dualidade informacional nos Portais de Transparência

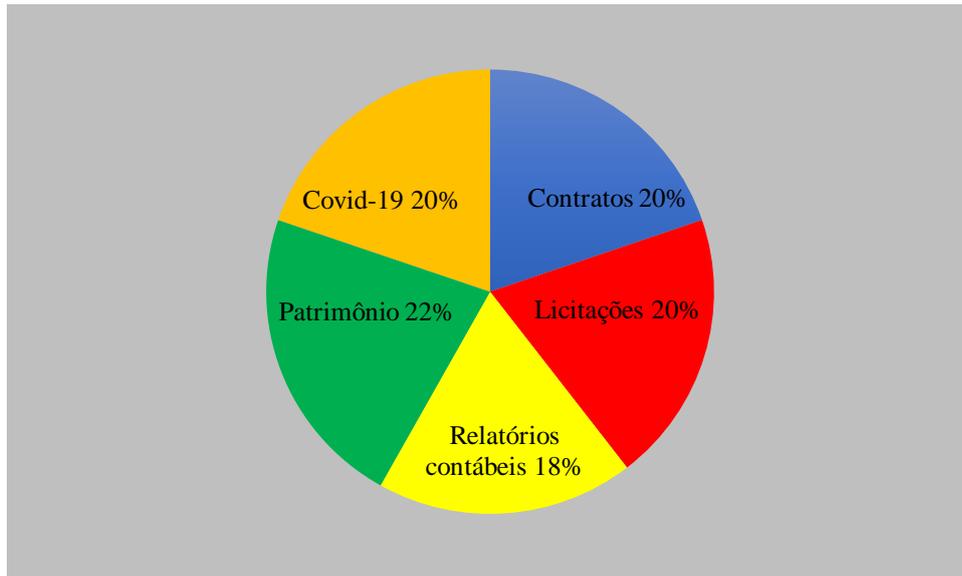


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Desta forma, pode-se destacar as receitas públicas representadas em 94,1% dos portais analisados, e as despesas representadas em 97,1% destes. Na sequência são evidenciadas em maior número o dispêndio com gestão de pessoas representado em 94,1% dos portais. Estes dados vão de encontro com a respostas dos servidores, onde estes destacaram as receitas e despesas como principais informações divulgadas nos portais.

Outras informações acerca de licitações, COVID-19, patrimônio, contratos, relatórios contábeis, entre outras informações também são disponibilizadas em maior ou menor grau em cada portal, seja ele próprio ou do Governo Federal, como evidenciado pelo Gráfico 25.

Gráfico 25: Demais informações evidenciadas



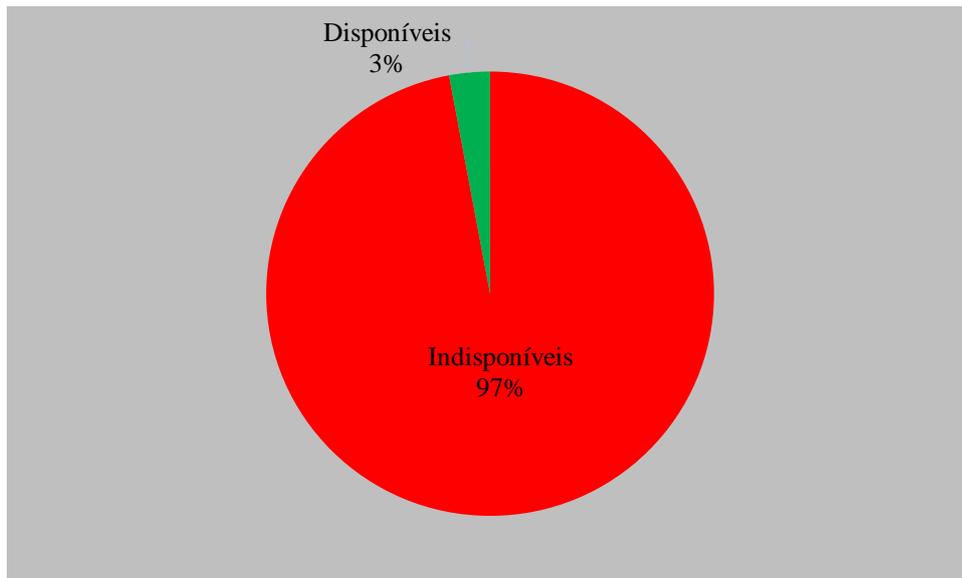
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se, que as informações as quais apareceram repetidamente nos portais possuem quase o mesmo percentual, como os dados referentes a COVID-19, contratos e licitações ambos sendo representados em 50,0% dos portais. Em relação ao patrimônio público os dados aparecem em guia específica em 55,9% dos portais, já as informações em relação a relatórios contábeis possuem guia específica em 47,1% dos portais analisados.

Verifica-se que as informações analisadas a partir dos Portais de Transparência, vão de encontro as respostas dos servidores obtidas através do questionário, uma vez que, indicaram além das receitas, despesas e gestão de pessoas, outras informações divulgadas nos Portais de Transparência.

Relacionado as informações relativas aos custos públicos dos 34 portais analisados apenas 1 possui a guia específica para as informações de custos, como é ilustrado no Gráfico 26.

Gráfico 26: Disponibilização de informações de custos nos portais



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme análise 2,9% dos municípios, representando 1 município apenas, realiza a divulgação dos custos apurados colidindo com as respostas obtidas através do questionário, onde apenas um respondente declarou apurar, analisar, e validar os custos públicos.

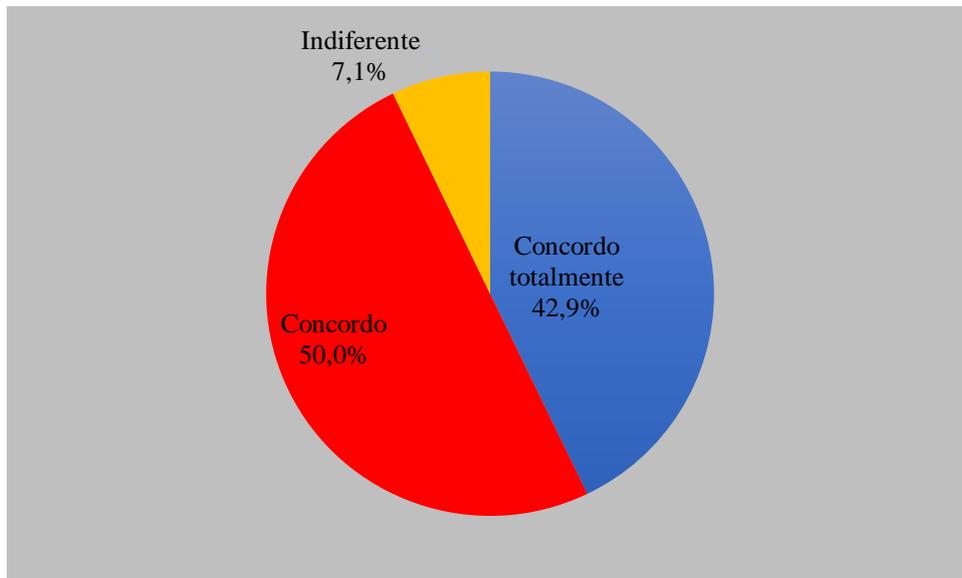
Após a correlação realizada foi possível observar que há contradições nas respostas fornecidas pelos servidores e as informações disponibilizadas nos Portais de Transparência, uma vez que, os custos não são apurados consequentemente não podem estar disponíveis nos portais. Diante disso, compete a análise se as informações sobre custos são úteis para a gestão.

4.5 Informações úteis para a gestão

Por fim, neste tópico evidenciou-se os resultados obtidos a respeito da utilidade das informações de custos para a gestão dos recursos públicos e tomada de decisão.

Relacionado ao questionamento efetuado sobre, se a segregação dos valores despendidos pelo município entre custos e despesas auxilia de alguma forma a gestão dos recursos, o Gráfico 27 evidencia as respostas obtidas.

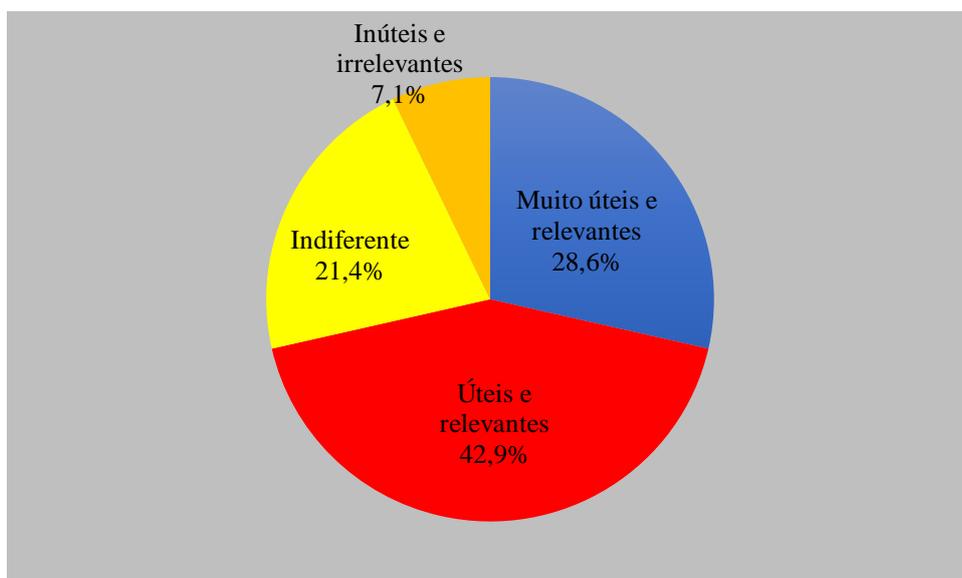
Gráfico 27: Segregação dos dispêndios e auxílio à gestão



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nota-se que há prevalência dos respondentes em concordar que há um auxílio para a gestão na segregação dos gastos em custos e despesas, evidenciado por 42,9% dos servidores que concordaram totalmente com a afirmativa e 50,0% concordaram. Percebe-se que apenas 7,1% dos servidores são indiferentes a esta segregação o que destoa da percepção dos demais profissionais. Relacionado a utilidade e relevância das informações geradas pela contabilidade de custos para a gestão, o Gráfico 28 demonstra as respostas adquiridas.

Gráfico 28: Importância e relevância da informação de custos para a gestão.

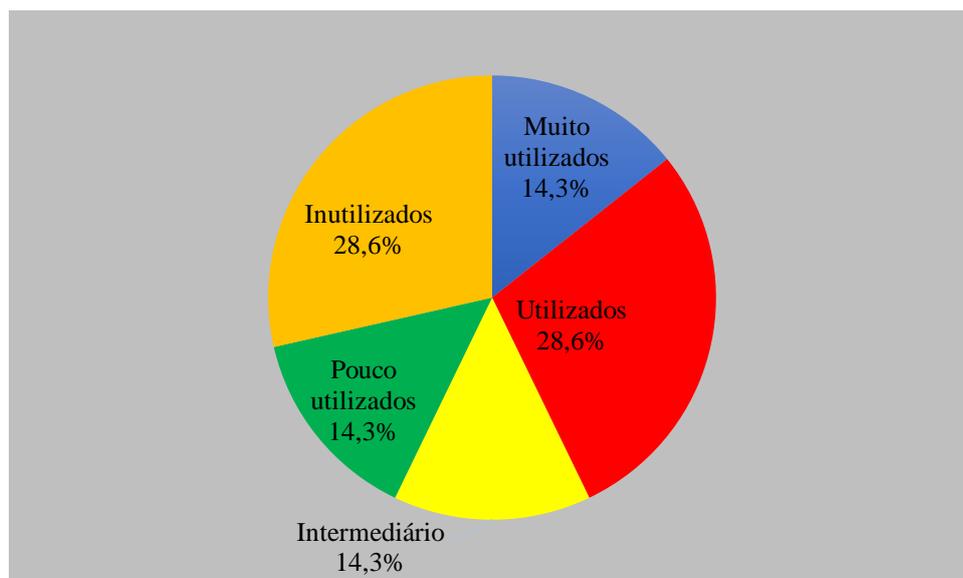


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se que 28,6% dos servidores elencam as informações referentes aos custos como muito úteis e relevantes para a gestão pública, e 42,9% acreditam que estas informações são úteis e relevantes, ou seja, apesar do conhecimento destes profissionais acerca das normas e legislações aplicáveis aos custos públicos em sua maioria ser moderado, ainda há a preocupação e reconhecimento da necessidade e utilidade da informação de custos para a gestão. Ainda assim, 21,4% dos servidores alegam ser indiferente a utilidade e relevância das referidas informações, e apenas 7,1% dos respondentes afirmam que as informações são inúteis e irrelevantes destoando assim, do entendimento da grande parte dos respondentes.

Associado a este questionamento, foi efetuado a indagação a respeito da utilização dos dados gerados a partir da contabilidade de custos pelos demais setores da administração pública, a exemplo o setor gerencial, os resultados estão ilustrados conforme o Gráfico 29.

Gráfico 29: Utilização dos dados de custos pelos demais setores



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme as respostas obtidas, 14,3% dos respondentes afirmam que os dados sobre custos são muito utilizados pelos demais setores da administração pública, seguidos de 28,6% que afirmam que estes dados são utilizados, além de 14,3% elencarem como intermediária esta utilização, mesmo percentual o qual elenca como pouco utilizados estes dados. Porém, são dados controversos uma vez que, anteriormente questionado a maioria dos municípios declararam não realizar a apuração, análise e validação dos custos públicos. Apenas 28,6% dos respondentes afirmam que estes dados são inutilizados pelos demais setores da

administração, inclusive o setor gerencial, o que condiz com as respostas dos questionamentos anteriores.

Diante dos resultados obtidos, através dos questionamentos realizados e da análise construída a partir dos Portais de Transparência foi possível analisar os dados e interpretá-los de maneira a obter algumas conclusões, as quais, estarão descritas subseqüentemente.

5 CONCLUSÕES

Em vista da obrigatoriedade da aplicabilidade da contabilidade de custos nos órgãos públicos, determinada pela Lei nº 101 de 2000 e a NBC T 16.11, a pesquisa em questão possuiu como objetivo geral analisar de que forma as prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul estão adequadas às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos, e sua divulgação aos cidadãos. Neste sentido, os objetivos da pesquisa em questão foram atingidos como descritos subsequentemente.

Relacionado as medidas as quais estão sendo postas em prática para adequação com as normas e legislações, a maioria dos municípios encontra-se entre pouco adequada e moderada, havendo pouca preocupação por parte da administração pública em oferecer aperfeiçoamento em contabilidade de custos aplicada ao setor público para os profissionais ligados à área de contabilidade. Também se verificou que a apuração, análise e validação dos custos é realizada apenas por um município, o que pode ser causado pela dificuldade em elencar quais gastos devem ser considerados como custos e posteriormente qual o método de custeio adequado, já que a legislação não estipula precisamente qual deve ser utilizado.

Associada a adequação, está a necessidade de um sistema de custos, o qual está implementado em apenas um município. Como principais dificuldades elencadas pelos demais respondentes para implementação deste sistema está a falta de profissionais qualificados e dispostos, até mesmo os gestores, a incorporar em sua rotina de trabalho o processo de alimentação do sistema e a falta de treinamento para a capacitação dos profissionais já atuantes na área. A respeito da interligação do sistema de custeio já implementado e os demais sistemas, assim como, com o Portal de Transparência a maior parte dos respondentes afirmam que há esta interligação dos dados.

Tocante a divulgação das informações referentes aos custos estas não são divulgadas pela maioria dos respondentes, sendo divulgadas pelo maior número de municípios apenas os dados acerca das despesas e receitas públicas. As informações são divulgadas de maneira muito frequente pela maioria dos municípios, através dos Portais de transparência seja ele próprio, seja do Governo Federal (Gov.br).

No que se refere a correlação entre as respostas obtidas e as informações divulgadas nos portais, nota-se a preferência dos municípios pela divulgação das informações em portais próprios. As informações ditas em maior frequência pelos respondentes como divulgadas foram de encontro as que realmente estão disponibilizadas nos portais, porém, os custos de fato não são divulgados devido a sua não apuração e análise.

Como consequência, baseada nos dados obtidos constata-se que a grande maioria dos respondentes concorda que a segregação dos dispêndios em custos e despesas auxilia gestão na tomada de decisão, sendo também evidenciada a concordância com a importância e relevância de tais informações. Porém, há uma inconsistência nas respostas devido a maior parte dos respondentes afirmarem que as informações são utilizadas pelos demais setores, inclusive o setor gerencial, entretanto, estes haviam afirmado em questionamento anterior que não há a apuração dos custos, dessa forma não há como ser efetuada a utilização de uma informação que não existe.

Após as análises realizadas, notou-se também, que alguns municípios estão enfrentando dificuldades por não haver uma normatização mais específica em relação a quais gastos devem ser classificados como custos, qual sistema deve ser utilizado e qual o melhor método de custeio a ser implementado por exemplo. No entanto, há o reconhecimento da necessidade e utilidade da informação gerada pela contabilidade de custos para a gestão pública e sua melhor gestão dos recursos, assim como, a preocupação dos profissionais em aperfeiçoar-se em relação a este tema.

Neste contexto, destaca-se a dificuldade em coletar os dados através da ferramenta questionário, onde após vários contatos por e-mail e telefone foi obtido o retorno de apenas 14 municípios. Contudo, mesmo com esta particularidade, a pesquisa é relevante, pois evidenciou os processos que estão em desenvolvimento ainda nas etapas iniciais e outros que não dependem unicamente do setor de contabilidade.

Cabe ressaltar, a importância da pesquisa para a sociedade, uma vez que, as informações sobre os gastos devem ser evidenciadas para uma posterior cobrança e fiscalização por parte dos cidadãos e das organizações como o Observatório Social. Salienta-se, que o trabalho realizado nesta pesquisa não esgota os questionamentos sobre o assunto, podendo os próximos trabalhos aprofundar seus questionamentos, como por exemplo, qual o melhor método de custeio a ser utilizado, ou como implementar um sistema que realize a interligação total das informações além das funcionalidades básicas de apuração.

Em síntese são inúmeras as linhas de pesquisa acerca da contabilidade de custos, NBC T 16.11 e demais legislações e normas aplicáveis a este assunto, em razão da necessidade de que estas pesquisas ocorram para a continuidade e evolução da contabilidade como Ciência, e para a melhor gestão e alocação possível dos recursos públicos. Além da constante transparência pública para que ocorra cada vez mais a conversão da gestão dos recursos públicos em uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nelia; MARTINS, Samuel. **A importância da gestão integrada na administração pública**. Rio de Janeiro; UFF, 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/3392>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- ALVES, Alexandre; FRANCEZ, Zaqueu. Sistema de custos para a administração pública municipal. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Santa Catarina, v. 4, n. 11, p. 65-72, 2011. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1143>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- AM CENTRO. **Associação dos Municípios da Região Central do Estado**. 2022. Disponível em: <<https://www.amcentro.com.br/turismo/municipios>>.
- ARAÚJO, Elisson; SILVA, Wendel. Pesquisa científica em contabilidade gerencial nos ENANPADs de 2003 a 2008. **Revista Universo Contábil**, Santa Catarina, v. 6, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6256/pesquisa-cientifica-em-contabilidade-gerencial-nos-enanpads-de-2003-a-2008>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 jun. - 2020.
- _____. CASA CIVIL. **Lei nº 101/2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- _____. CASA CIVIL. **Lei nº 4320/1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em: 27 de jun. de 2020.
- _____. CASA CIVIL. **Lei nº 12527/2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 18 de dez. 2021.
- _____. CASA CIVIL. **Decreto Lei nº 200/1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 27 de jun. 2020.
- _____. **Sistema de informações territoriais**. 2020. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- _____. **Observatório Social**. 2022. Disponível em: <<https://osbrasil.org.br/>> Acesso em: 18 de jun. 2022.
- _____. **Portal de Transparência**. 2021. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/usando-o-portal>>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- BEUREN, Ilsen. Evolução histórica da contabilidade de custos. **Contabilidade Vista e Revista**, Minas Gerais, v. 5, n. 1, p. 61-66, 1993. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/24955>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- CARNEIRO, Alexandre; NETO, José; LOCKS, Rosilene; DOS SANTOS, Maria. Custos na administração pública: revisão focada na publicação de artigos científicos a partir da

promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Santa Catarina, v. 6, n. 18, p. 03-22, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n18p3>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma. **Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes**. IPEA, Brasília, 2011.

CERCHIARI, Giovanna; ERDMANN, Rolf. Sistema de informação para acompanhamento, controle e auditoria em saúde pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/fd8vBwzzvJ6QgkcCXjCZtdH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

COLAUTO, Romualdo; BEUREN, Ilse. Coleta, Análise e Interpretação dos Dados. In BEUREN, Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.1**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1128.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.2**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1129.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.3**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1130.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.4**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1131.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.5**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1132.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.6**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1136.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.7**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1134.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.8**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1135.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.9**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1136.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.10**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1137.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC T 16.11**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1366.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **Resolução nº 1.437**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1437.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC TSP Estrutura Conceitual**. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC TSP 01**. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP01.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 02**. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP02.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 03**. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP03.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 05**. Brasília, 2016. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP05.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 06**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP06.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 07**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP07.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC TSP 08**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP08.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 09**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP09.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 10**. Brasília, 2017. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP10.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 11**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **NBC TSP 12**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP12.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 13**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP13.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 14**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP14.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 15**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP15.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 16**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP16.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 17**. Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP17.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 18.** Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP18.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 19.** Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP19.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 20.** Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP20.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 21.** Brasília, 2018. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP21.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 22.** Brasília, 2019. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP22.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 23.** Brasília, 2019. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP23.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 24.** Brasília, 2019. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP24.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 25.** Brasília, 2019. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP25.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 26.** Brasília, 2019. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP26.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 27.** Brasília, 2020. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP27.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 28.** Brasília, 2020. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP28.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **NBC TSP 29.** Brasília, 2020. Disponível em:
<<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP29.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Monica; SOUZA, Marcelo. Processo decisório nos setores público e privado: estudo exploratório e comparativo sobre a dimensão decisão. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, n. 15., 2015, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136105>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HADDAD, Rosaura; MOTA, Francisco. **Contabilidade Pública.** Florianópolis: Capes, 2010. Disponível em:
<https://www.faecpr.edu.br/site/conteudo_biblioteca_virtual2.php?curso=2&&tipo=livrosbi>. Acesso em: 22 nov. 2021.

HAGIHARA, Marcos Vinícius Sobral. **Contabilidade de custos aplicada ao setor público: câmara legislativa do Distrito Federal.** 2016. 61f. Monografia – Departamento de Ciências

Contábeis e Atuariais. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/14272>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

IZIDORO, Cleyton (org). **Contabilidade de custos**. Editora Pearson, 2016.

JÚNIOR, Amaro. Reflexões técnicas sobre a contabilidade governamental: uma abordagem gerencial. **Contabilidade Vista e Revista**, Minas Gerais, v. 7, n. 2, p. 49-56, 1996. Disponível em: <revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/79>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KLEBA, Maria; COMERLATTO, Dunia; FROZZA, Kenia. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/jnkPDcgfsgpPNLpVTKydkyL/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KLEBA, Maria; ZAMPIROM, Keila; COMERLATTO, Dunia. **Processo decisório e impacto na gestão de políticas públicas**: desafios de um Conselho Municipal de Saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 556-567, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zwdXck6JYh8mHsWYcfqMj4k/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Diana Vaz. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2018.

LORENZATO, Nadine; BEHR, Ariel; GOULART, Jeferson. **Benefícios e problemas na implantação de um sistema de informação de custos do setor público no estado do Rio Grande do Sul**. *Rio Grande do Sul*, v. 16, n. 32, 2016. Disponível em: <seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/66327>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LOURENÇO, Nivaldo. **Administração pública**: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Intersaberes, 2016.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIA, Calistro; OLIVEIRA, José. **Custos no Setor Público**: Aplicação da Contabilidade de Custos nos Serviços Públicos de Saúde Municipais. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC*, Paraná, 2015. Disponível em: <anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3956>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARTINS, Claudia; FERREIRA, Miguel. **O survey como tipo de pesquisa aplicado na descrição do conhecimento do processo de gerenciamento de riscos em projetos no segmento da construção**. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.inovarse.org/sites/default/files/T11_0362_1839.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILESKI, Helio Saul. **O controle da gestão pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

OLIVEIRA, Liliane; SILVA, Clara; DE ARAÚJO, Salmo. O Papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Processo de Tomada de Decisão: um Estudo de Caso no Município de Santana Do Seridó/RN. **Revista OPARA**, Petrolina, v. 8, n. 1, p. 38-56, 2018. Disponível em: <<https://1library.org/document/q5e47vwq-contabilidade-aplicada-publico-processo-decisao-municipio-santana-serido.html>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PARCIANELO, Elianda; GONÇALVES, Hugo; SOARES, Cristiano. **A contabilidade de custos no setor público: a realidade das prefeituras da região central do RS**. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 2015, Florianópolis. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2015. Disponível em: <http://ccn-ufsc-cdn.s3-website-us-west2.amazonaws.com/6CCF/25_15.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PEREIRA, Tarso; ARAUJO, Aneide. Relevância das informações geradas pelo Siscustos para a nova administração pública, na percepção dos analistas e auditores das ICFEx. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v. 13, n. 28, p. 169-190, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/buscaedicao/periodico/revista-contemporanea-de-contabilidade/idedicao/4270>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

REIS, Edna; REIS, Ilka. **Análise descritiva de dados**. Minas Gerais: UFMG, 2002. Disponível em: <<http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

RIBEIRO, Daniel; WIEMER, Ana Paula. **Custos no Serviço Público**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4. ed., 2004. São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo (SP): USP, 2004. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos42004/an_resumo.asp?cod_trabalho=187>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva, 9. ed. 2013.

_____. **Contabilidade de Custos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Geografia**. 2021. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/geografia>>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

SANTOS, Angelucci; REIS, Jorge. **A importância da contabilidade pública**. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9. ed., 2005. São José dos Campos (SP). **Anais...** São José dos Campos (SP): UNIVAP, 2005. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2005/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Clezio Saldanha. **Introdução a Gestão Pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

SÁTIRO, Rodrigo; DO ESPÍRITO SANTO, Patrícia. **A informação para a tomada de decisão no setor público: a questão das políticas públicas**. UNI-FACEF, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://silo.tips/download/a-informacao-para-a-tomada-de-decisao-no-setor-publico-a-questao-das-politicas-pu>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SCHNEIDER, Vanderlei Rodrigues; GOSMANN, Máris Caroline. **A importância da apuração de custos na administração pública municipal**. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179664>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, Andressa; FOSSÁ, Maria Ivete. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2013. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2021.

SILVA, Fernanda; DOS Santos, Enise; LIMA, Edmilson. Equipes de direção na gestão estratégica de pequenas e médias empresas: uma revisão sistemática. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 21-38, 2017. Disponível em: <<https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/928>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, Rosália. **Análise do processo decisório na administração pública e sistemas de apoio na tomada de decisão: contradições e paradoxos na realidade organizacional pelo não uso de ferramentas disponíveis**. 2013. 230f. Tese (Doutor em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79628>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SYPRYANI, Ulisses. **O processo decisório na administração municipal de Franca- SP: o planejamento estratégico e o orçamento participativo (em dois mandatos consecutivos-gestão 1997-2002)**. 2011. 225f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4317>>. Acesso em: 20 nov. 2021

TEIXEIRA, Hélio; SANTANA, Solange. **Remodelando a gestão pública**. São Paulo: Edgard Blucher, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

Prezado(a), me chamo Fernanda Medeiros Righi, sou acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Franciscana-UFN e estou realizando este questionário que faz parte do Trabalho Final de Graduação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Franciscana, sob a orientação da Professora Liziane Alves de Oliveira. O presente questionário tem como objetivo analisar de que forma as prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul estão adequadas às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos, e sua divulgação aos cidadãos e desta forma, obter a resposta ao seguinte questionamento de pesquisa: de que forma as prefeituras da região central do estado do Rio Grande do Sul estão adequadas quanto às normas e legislações pertinentes a contabilidade de custos e sua divulgação aos cidadãos?

Ao aceitar participar, estará contribuindo e colaborando com a execução desta pesquisa e caso depois de consentir em sua participação, o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração ao responder o presente questionário. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, porém sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para um melhor aproveitamento deste instrumento de coleta de dados e melhoramento dos resultados tornando-o ainda mais significantes para a pesquisa, este direciona-se ao responsável pela contabilidade de custos do município.

Peço por gentileza, que o presente questionário seja respondido no prazo de 7 dias.

O preenchimento das questões leva em média 05 minutos.

Qualquer dúvida quanto a esta pesquisa, pode-se entrar em contato pelo e-mail: fernanda.righi@ufn.edu.br ou liziane.oliveira@ufn.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua participação e colaboração!

Perfil do Respondente

1) Ente público no qual você trabalha? (Esta informação será utilizada apenas para fins de controle, não sendo utilizada como dado para a pesquisa)

2) Qual o seu cargo na Prefeitura Municipal?

3) Quanto tempo atua como servidor público?

Menos de 5 anos

5 a 10 anos

11 a 15 anos

16 a 20 anos

Mais de 21 anos

4) Qual a sua escolaridade?

Médio completo

Técnico em contabilidade

Superior incompleto

Superior completo

Pós Graduação

5) Possui cursos de capacitação na área de contabilidade de custos aplicado ao setor público?

Sim

Não

6) Se “Sim”, qual?

7) Qual a importância da contabilidade de custos para a administração pública municipal?

- Muito importante
- Importante
- Mediana
- Pouco importante
- Desimportante

8) A prefeitura na qual você trabalha proporciona palestras, cursos ou alguma forma de aperfeiçoamento na área de contabilidade de custos?

- Cursos
- Palestras
- Eventos
- Outros _____

9) Você como profissional ligado a área da contabilidade, como classifica seu conhecimento a respeito das normas e legislações aplicáveis a contabilidade de custos no setor público?

- Muito conhecimento
- Conhecimento
- Moderado
- Pouco conhecimento
- Desconheço

10) A apuração dos custos se faz necessária e importante para a organização?

- Muito importante
- Importante
- Indiferente
- Pouco importante
- Desimportante

Seção II: Adequação com as legislações e normas

11) Como está a adequação da contabilidade em relação à NBC T 16.11 - Subsistema de Informação de Custos do Setor Público?

- Totalmente adequada
- Adequada
- Moderada
- Pouco adequada
- Inadequada

12) Os custos públicos são apurados pela administração pública?

- Sim
- Não

13) Os custos são analisados e validados pelo responsável?

- Sim
- Não

14) Quais gastos são/serão considerados como custos públicos?

15) Qual método é utilizado para a apuração dos custos? Caso ainda não possua apuração dos custos, qual elenca como adequado para posterior mensuração?

- ABC – Custeio Baseado por Atividade (Activity Based Costing)
- Absorção
- Variável
- Padrão
- Outro _____

Seção III: Sistema para geração de informações de custos

16) As informações geradas pela contabilidade de custos são divulgadas para os cidadãos?

- Totalmente divulgadas
- Divulgadas
- Intermediária

- Pouco divulgada
- Não divulgadas

17) Se existe essa divulgação, como é realizada?

- Portal de Transparência próprio
- Portal GOV.BR
- Não são divulgadas
- Outros_____

18) A organização pública em questão, possui sistema de custos?

- Sim
- Não

19) Desde quando possui este sistema?

20) Quais as dificuldades encontradas para a implantação de um sistema de custos?

Seção IV: Portal de Transparência

21) A ferramenta do Portal de Transparência é utilizada pela prefeitura de que maneira?

- Muito utilizada
- Utilizada
- Moderada
- Pouco utilizada
- Inutilizada

22) Qual a frequência com que o Portal de Transparência é alimentado com informações?

- Muito frequente
- Frequentemente

- Eventualmente
- Raramente
- Nunca

23) Os sistemas necessários para geração das informações, são interligados entre si e com o Portal de Transparência?

- Totalmente interligados
- Interligados
- Intermediário
- Pouco interligados
- Sem interligação

24) Quais informações são disponibilizadas no Portal de Transparência?

25) As informações a respeito dos gastos públicos (custos e despesas) são disponibilizadas no Portal de Transparência de que maneira?

- Totalmente disponíveis
- Disponíveis
- Moderada
- Pouco disponíveis
- Indisponíveis

26) As informações a respeito das receitas e destinação dos recursos públicos no Portal de Transparência são disponibilizadas de que maneira?

- Totalmente disponíveis
- Disponíveis
- Moderada
- Pouco disponíveis
- Indisponíveis

Seção V: Informações úteis para a gestão pública

27) As informações geradas pela contabilidade de custos são úteis e relevantes para a gestão pública?

- Muito úteis e relevantes
- Úteis e relevantes
- Indiferente
- Pouco úteis e relevantes
- Inúteis e irrelevantes

28) A segregação dos valores despendidos pela prefeitura em custos e despesas auxilia a gestão dos recursos públicos?

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

29) Os dados gerados a partir da contabilidade de custos são utilizados por outros setores da prefeitura, como o setor gerencial, para a tomada de decisão?

- Muito utilizados
- Utilizados
- Intermediário
- Pouco utilizados
- Inutilizados

30) Caso possua interesse em receber os resultados da pesquisa, deixe um endereço eletrônico (e-mail) para envio destes.
